



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ-SC
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

FÁBIO ARAÚJO

**NAS MARGENS DO RIO DO MEL: A PRESENÇA KAINGANG E A
FRONTEIRA INTERÉTNICA NO MUNICÍPIO DE IRAÍ-RS**

CHAPECÓ-SC

2019

FÁBIO ARAÚJO

**NAS MARGENS DO RIO DO MEL: A PRESENÇA KAINGANG E A
FRONTEIRA INTERÉTNICA NO MUNICÍPIO DE IRAÍ-RS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito da aprovação na disciplina de Seminário de Conclusão de Curso II, sob a orientação do Prof.º Dr.º Jaisson Teixeira Lino.

Chapecó, 2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Araujo, Fabio

Nas margens do Rio do Mel: a presença Kaingang e a fronteira interétnica no município de Iraí-RS / Fabio Araujo. -- 2019.

49 f.:il.

Orientador: Pós-doutor Jaisson Teixeira Lino.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
História-Licenciatura, Chapecó, SC , 2019.

1. Kaingang. 2. Iraí-RS. 3. Fronteira interétnica. I.
Lino, Jaisson Teixeira, orient. II. Universidade Federal
da Fronteira Sul. III. Título.

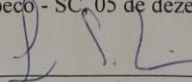


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA
Rodovia SC - 484, Km 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC CEP 89815-899, 2049-6426
história.ch@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

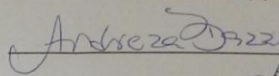
**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Aos cinco de dezembro de dois mil e dezenove, às 16 horas nas dependências do *Campus* Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), reuniu-se a banca avaliadora da monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História constituída pelos(as) professores(as): **Professor(a) Orientador(a) Jaisson Teixeira Lino, Professor(a) Avaliador(a) Andreza Bazzi e Professor(a) Avaliador(a) Emerson Neves da Silva.** O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História - Licenciatura – elaborado pelo(a) acadêmico(a) **FABIO ARAUJO** sob o título: "*NAS MARGENS DO RIO DO MEL: A PRESENÇA KAINGANG E A FRONTEIRA INTERÉTNICA NO MUNICÍPIO DE IRAÍ- RS* " obteve nota 50,0 sendo considerado APROVADO.

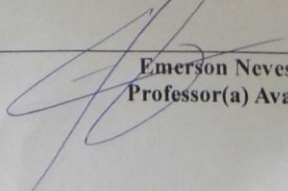
Chapecó - SC, 05 de dezembro de 2019.



Jaisson Teixeira Lino
Professor(a) Orientador(a)



Andreza Bazzi
Professor(a) Avaliador(a)



Emerson Neves da Silva
Professor(a) Avaliador(a)

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 9 |
| 2. OS KAINGANG E A FRONTEIRA EM IRAÍ-RS | 16 |
| 2.1 Os Kaingang em Iraí-RS | 16 |
| 2.2 Breve discussão sobre fronteira | 23 |
| 3. DAS FRONTEIRAS INTERÉTNICAS EM IRAÍ | 28 |
| 3.1 Os Kaingang e as relações de trabalho | 29 |
| 3.2 Os Kaingang e o turismo | 31 |
| 3.3 Os Kaingang e a Lei que criminalizou sua presença | 37 |
| 3.4 A fronteira interétnica em outras relações | 41 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 44 |
| REFERÊNCIAS | 47 |

AGRADECIMENTOS

À ancestralidade.

À família, meu suporte. Minha mãe Jani Sirlei, que me ensinou muito cedo que por eu ser negro, muitas coisas, muitas oportunidades me seriam negadas, outras tantas seriam furtadas, mas apenas o que eu aprendesse não seria tirado de mim. Meu irmão Sandro, que veio antes e me abreviou muitas dores da ausência física de um pai que foi pro Orum quando eu ainda tinha 04 anos de idade. Minha irmã Alessandra, pelas conversas que me acalmaram nos tempos mais difíceis do realinhamento com a ancestralidade. À Kelly, pelo companheirismo e camaradagem e, sobretudo, pelo incentivo e por compreender minhas ausências. Sem o apoio de vocês os momentos de felicidade não seriam tão intensos.

Ao meu professor e orientador Jaisson Teixeira Lino. Nas tuas aulas eu sempre me senti incluído. Nas tuas aulas eu esquecia que era um dos poucos alunos negros na sala. Minha gratidão transcende tempo e espaço. Ao Sr.º, o meu arco e a minha flecha.

Aos demais professores do curso de História, minha eterna gratidão, por compartilharem seus caminhos, seus conhecimentos e, por não me deixarem esquecer as minhas origens.

Aos amigos que fiz durante a graduação. As conversas no corredor e os momentos de descontração não teriam sido tão alegres sem a presença de vocês.

Aos amigos que a vida me permitiu fazer.

A Exú e Pombagira, Senhor e Senhora dos meus caminhos! A Oxalá, Oxum, Oxóssi, Xangô, Ogum, Obaluaê, Iemanjá e demais Orixás!

RESUMO

O presente estudo toma por objeto a fronteira interétnica observável no encontro entre os Kaingang e os não indígenas no município de Iraí-RS, cujo surgimento e desenvolvimento está associado à exploração comercial do recurso natural das fontes de águas termais. Iraí-RS, localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul, é local da Terra Indígena Kaingang de Iraí, demarcada no início da década de 1990 pela comunidade Kaingang, após articulação de movimento e luta indígena. Observar os contrastes, as contradições e como a fronteira interétnica se manifestou em alguns momentos históricos e contextos econômicos específicos na história de Iraí-RS, e assim entender as razões do seu acionamento, é objetivo central deste estudo. Algumas notícias de jornais, dois livros e um processo jurídico, serviram de fonte para esse exercício de pesquisa. Como hipótese, a fronteira interétnica manifestou-se quando a presença indígena não era entendida como economicamente conveniente aos interesses comerciais de agentes públicos e privados.

Palavras-chave: Kaingang; Iraí-RS; Fronteira Interétnica.

ABSTRACT

This study has as object the interethnic frontier observed at the meeting between the Kaingang and the non-indigenous in Iraí-RS, which emergence and development is associated with the commercial exploration of the hot springs natural resources. Iraí-RS, located in the northwest of Rio Grande do Sul State, is the place where is Kaingang Indigenous Land, demarcated in the early 1990's by the Kaingang community, after movement articulation and indigenous struggle. Observing the contrasts, the contradictions and how the interethnic frontier manifested itself in some historical moments and specific economic contexts in the Iraí-RS history, and thus understanding the reasons for its activation, is the study central objective. Some newspaper, two books, and a lawsuit served as historic sources to this research exercise. As a hypothesis, the interethnic frontier manifested itself when the indigenous presence was not understood as economically convenient to the commercial interests of public and private agents.

Keywords: Kaingang; Iraí-RS; Interethnic Frontier.

1. INTRODUÇÃO

Nos anos iniciais da década de 1990, quando ainda tinha menos de 10 anos, conheci o Rio do Mel, em Iraí-RS, pela sua margem esquerda, próximo ao Balneário Osvaldo Cruz. Foi a primeira vez que pesquei, sob a tutela do meu irmão mais velho e, sob rigoroso aconselhamento de minha mãe, para quem o rio representava muito perigo. Lembro-me que evitei entrar no rio quando a profundidade das águas superava a altura dos meus joelhos. Quando chegamos no ponto do rio em que se situava, na outra margem, o toldo indígena, avistei uma mulher indígena com uma criança que aparentava ter entre 12 e 18 meses, e que eu imagino ser seu filho. Lembro-me de ter mantido contato visual e ter dialogado silenciosamente com ela, através do olhar. Isto porque ela, sentada à margem direita do Rio do Mel, brincava com a criança jogando-a nas águas. A criança após mergulhar, fazia um movimento natural de retorno à superfície quando era tomada, novamente, nos braços da sua mãe.

Aquela cena me inquietou. Permaneceu na minha memória. O Rio do Mel não apenas desenhou os limites entre a área do balneário - perímetro urbano de Iraí - e o toldo indígena. Mas sublinhou as diferenças de olhares das duas mães. Uma para quem o rio significava perigo ao seu filho, e a outra para quem o rio era oportunidade de recreação no rigoroso verão iraiense. O Rio do Mel foi a fronteira que aproximou e fez conversarem agentes sociais e suas visões diferentes sobre o mesmo objeto. Esta é a memória particular que serviu de gatilho para tentar construir este trabalho de conclusão de curso. Foi esse episódio que me motivou a escrever sobre fronteira interétnica.

De modo geral, o presente estudo objetiva investigar como a fronteira interétnica se manifestou a partir da leitura de algumas relações entre os Kaingang e os demais atores sociais no cenário do município rio-grandense de Iraí. Da mesma forma, intenta-se investigar a resistência indígena no município de Iraí, a partir de um olhar para a fronteira interétnica. Quais as principais características dessas relações nessa fronteira e seus desdobramentos e consequências, sobretudo, aos Kaingang estabelecidos em seu território tradicional, a partir de uma abordagem qualitativa.

Destaco que, ao citar resistência indígena, recordo Almeida Cruz (2017, p. 148) quando afirma que a resistência indígena “existiu desde o início da conquista, mas os olhares dos cientistas sociais eram filtrados pelos olhares dos colonizadores, desconsiderando a ação histórica dos povos indígenas”. De acordo com a autora, os

indígenas sempre adotaram formas de resistir e lutar por seus territórios tradicionais. E dentro dessas formas de resistência, as alianças com os colonizadores ou com outros povos indígenas foram sublinhadas. Em complemento, Porto Gonçalves (2006) sustenta que resistir está para além de reagir a uma ação, traçar estratégias de ação diante de um novo cenário, mas é pensar e reorientar a própria existência que precede esse novo cenário.

Especificamente, pretende-se elaborar pesquisa em nível de conclusão de curso sobre a história indígena do sul do Brasil, produzindo interpretações históricas para o entendimento da situação atual dos índios Kaingang de Iraí. Para isso, serão descritas as relações entre os Kaingang e os demais atores iraienses, bem como os momentos em que a porosidade da fronteira interétnica se dilata e se contrai, coletadas especialmente em jornais, duas obras de caráter histórico, político e econômico, publicadas – uma na década de 1950 e outra no início da década de 1990 – sobre o município, e num processo que serviu de fonte para a pesquisa, no contexto da demarcação da Terra Indígena Iraí. Intenciona-se também contribuir com os Kaingang de Iraí no sentido de produzir material acadêmico que possa ser útil para a valorização da história da aldeia de Iraí, contribuindo, por conseguinte, com a valorização da identidade cultural e as demandas atuais desta sociedade, criticando os discursos e práticas sociais perpetradas contra os Kaingang de Iraí por agentes públicos e privados, com interesses econômicos muito específicos.

Admite-se como principal hipótese deste estudo que a fronteira interétnica, estabelecida entre os Kaingang e os demais atores no cenário histórico de Iraí-RS, era acionada em momentos em que presença indígena não era entendida como conveniente aos interesses econômicos de atores públicos e privados. Portanto, ambiciona-se observar a manifestação dessa fronteira também a partir do redesenho de um novo quadro histórico e econômico: a exploração turística das águas termais e as estruturas a ela associadas, como balneário, hotéis, aeroporto e a reserva florestal, diante da articulação indígena para demarcação do seu território tradicional.

Metodologicamente, a realização deste estudo consiste numa revisão bibliográfica do conhecimento histórico produzido sobre a temática da história indígena, sobretudo do povo Kaingang da região do Médio Alto Rio Uruguai e um embasamento teórico que permita a pesquisa histórica concernente aos momentos de manifestação da fronteira interétnica num cenário de contatos e relações que caminharam para um processo de demarcação da Terra Indígena Iraí. Para tal empreitada, será empregado o

uso de jornais, especialmente o jornal Zero Hora, e um processo judicial que opôs associações iraienses que se proclamaram ambientalistas e atores do poder público municipal, estadual e federal, como fontes principais.

Para justificar o uso de jornais como fontes históricas para a composição desta pesquisa, pode-se lembrar do estudo de Capelato (1988, p. 13) em que a autora destaca a presença ativa da imprensa na condição de espectadora e autora da história ao afirmar que “a imprensa registra, comenta e participa da história”. A autora ainda previne o leitor para o equívoco do reducionismo em entender o jornal apenas como um simples registro da história, divorciado do cenário contextual de sua produção e da influência de atores políticos sobre a sua própria confecção ao sentenciar que os “governos e os poderosos sempre a utilizam e temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais”.

Da mesma forma, pode-se justificar o uso do processo judicial como fonte histórica, tendo em vista que Oliveira e Silva (2005) afirmam que o processo judicial pode nutrir diferentes pesquisas, as quais comungam a possibilidade de trabalhar com a palavra escrita e, portanto, permite analisar a construção e o uso do discurso por determinados estratos sociais. Segundo as autoras, através de um mesmo processo judicial é possível acessar diferentes grupos da sociedade.

De acordo com a Federação de Economia e Estatística (FEE)¹ do estado do Rio Grande do Sul, a região do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul é composta por vinte e dois municípios que abrangem uma área de 4.200,3 km², superando em pouco o número de cento e cinquenta mil habitantes. Ao norte da região segue seu curso o Rio Uruguai, que faz divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É nessa região em que está inserido o município de Iraí, principal cenário do presente estudo, o qual, de acordo com a mesma federação, no ano de 2016 contava com uma população de 8.042 habitantes, e um território de aproximadamente 181 km². Além de ser margeada pelo Rio Uruguai, a área do município é cortada ainda pelos cursos do Rio do Mel, próximo ao Balneário Osvaldo Cruz, e do Rio da Várzea.

Elevado à categoria de município em 1933, através do Decreto Estadual n.º 5.368 de 1º de julho² assinado pelo então governador José Antônio Flores da Cunha, o

¹ Informações colhidas no endereço eletrônico: <<<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=M%E9dio+Alto+Uruguai>>> acesso em maio de 2019.

² Informações colhidas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, através do endereço eletrônico: <<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Dec%2005.368.pdf>> acesso em maio de 2019.

povoado de “Irahy” desmembrou-se do município de Palmeira das Missões. De acordo com informações contidas no site da prefeitura de Iraí, foi devido aos preceitos ortográficos que no ano de 1937 a grafia do nome do município é alterada para “Iraí”, o qual permanece até o momento³. Importante destacar que no mesmo site, a prefeitura refere-se ao município como “uma das maiores atrações turísticas do Rio Grande do Sul”⁴, buscando afirmar a vocação turística da cidade. Em seguida, o conteúdo publicado no site da prefeitura sobre a característica étnica da população sentencia que “há predominância da origem italiana, mas há presença da origem alemã, polonesa, russa e luso-brasileira”.

O município reclama para si uma vocação turística sustentada na exploração comercial das fontes de águas termais e do estabelecimento de uma rede hoteleira associada à atividade anterior. O estudo de Lac (2005) permite refletir sobre a presença e importância Kaingang no contexto da atividade turística municipal, pois a autora aborda a ação dos Kaingang no cenário do turismo em Iraí, a sua hospitalidade e as suas relações com os turistas e agentes do turismo. Para tanto, se vale, inclusive, de materiais de publicidade da prefeitura em que a imagem de um indígena é usada para divulgação do turismo em Iraí. Em sua dissertação de mestrado, a autora afirma a atividade turística como um terreno de disputa em que os Kaingang atuam para, entre outras razões, reivindicar a sua própria visibilidade. Visibilidade essa, negada pela prefeitura em seu site, ao desconsiderar a presença indígena nas características étnicas da população. Negação facilmente confrontada pelo censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em que se vê o número de 677 indígenas no município – número que, de acordo com o censo, corresponde a 8,4% da população total.

Não obstante, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a comunidade Kaingang de Iraí, estabelecida na Terra Indígena devidamente demarcada e regularizada no início da década de 1990, ocupa uma área de cerca de 280 ha⁵. O estudo de Lac (2005) ajuda a entender melhor o cenário da Terra Indígena Kaingang de Iraí quando a autora observa que 70% da área é composta por mata nativa, e os 30% restantes correspondem, basicamente, a um terreno pedregoso, local onde existem três açudes para a criação de peixes. Na terra indígena existiam 86 casas, 04 de lona, 71 de

³ Informações colhidas no site da Prefeitura de Iraí, no endereço eletrônico: <<http://www.irai.rs.gov.br/historia/>> acesso em maio de 2019.

⁴ Ibid.

⁵ Informações colhidas no site da Funai, no endereço eletrônico: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>, acesso em maio de 2019.

alvenaria e 11 de madeira, com água encanada, luz elétrica; uma quadra de futebol, um salão de festas para a comunidade, um posto de saúde da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), uma escola bilíngue – *Nānga*, e três igrejas protestantes: Assembleia de Deus, Só o Senhor é Deus Universal e Só o Senhor é Deus. Não bastasse essa estrutura descrita, há uma peculiaridade que dificulta a ainda mais a invisibilização dos indígenas pretendida pela prefeitura: a demarcação da T.I. Kaingang de Iraí se deu numa área em que havia sido construído um aeroporto em meados do século XX.

É sobre as ações – e reações – decorrentes de encontros e desencontros e resultados desses tensionamentos entre os Kaingang e os não indígenas através da fronteira interétnica no cenário iraiense, que o presente estudo se debruça. Investigar como e quando, por exemplo, a presença indígena no enredo histórico iraiense foi admitida e em quais momentos – bem como a forma pela qual – foi negada é intenção desse estudo. Tentar perceber em que momentos a fronteira interétnica mostrou-se mais porosa permitindo trocas envolvendo elementos tangíveis e intangíveis, e em que momentos essa fronteira mostrou-se mais sólida dificultando – mas não impedindo completamente – essas trocas entre os Kaingang e os não indígenas, é propósito deste estudo. Para tanto, uma discussão mais apurada sobre o conceito de fronteira e o seu uso como instrumento de leitura e eventos históricos será feita no primeiro capítulo.

De todo modo, o ponto de partida para o entendimento de fronteira é a afirmação Martins (1996, p. 27), para quem a fronteira é “essencialmente o lugar da alteridade”. Antes de sinalizar limites, de acordo com o autor, a fronteira é um ponto de “encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si” e, é justamente essa dinâmica de conflito que faz da fronteira, um local de aproximações e afastamentos, de encontros e desencontros e, sobretudo, de descoberta do outro.

Mais especificamente, a respeito da fronteira étnica, Barth (2000) dialoga com o argumento do parágrafo anterior, proposto por Martins (1996), ao assinalar esta fronteira enquanto uma categoria através da qual os grupos se definem pelo contraste, pelas diferenças, em situações de interação. Para o autor, a fronteira étnica manifesta-se imprescindivelmente a partir do contato entre atores sociais diferentes, por ocasião dos encontros.

Entretanto, não será priorizada a leitura das diferenças entre os Kaingang e não indígenas, mas as ações e reações geradas a partir desse encontro através da fronteira étnica, no cenário histórico iraiense. Como forma de ilustrar uma dessas ações, pode-se lembrar dos discursos acionados por personagens do poder público e da iniciativa

privada que afirmaram os Kaingang eram intrusos em seu território tradicional e que os Kaingang eram promotores de desmatamento e poluição (ARAÚJO, 2018), e também a invisibilização dos Kaingang nas características étnicas destacadas pela prefeitura iraiense.

Todavia, essa invisibilização não se restringe apenas aos dados étnicos do município, mas também da própria história de Iraí. Portanto, é indispensável um olhar para a historiografia concernente à história regional para entender como o município de Iraí se estabeleceu sobre território tradicional Kaingang. É notório que a produção historiográfica, alicerçada no pilar da história indígena no Rio Grande do Sul, é representada em sua maioria, por textos que contemplavam a forma como o colonizador se relacionava com as populações indígenas e as empurravam aos aldeamentos. Analisando através do prisma do colonizador, utilizou-se o pretexto de protegê-las para garantir a manutenção da sua cultura (BRINGMANN e NÖTZOLD, 2011), endossando o discurso de que os indígenas representavam um obstáculo ao processo de colonização e desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul.

O processo de colonização do Rio Grande do Sul por parte do imigrantes alemães e italianos, nos anos de 1824 e 1875, respectivamente (OLIVEIRA, 2008; MISTURINI, 2018) teve como consequência o avanço dos imigrantes sobre os territórios indígenas e, em se tratando da região do Médio Alto Uruguai, o Kaingang foi o povo que mais sentiu os reflexos desse processo. A pressão oriunda do surgimento das cidades sobre os territórios Kaingang desencadeou uma onda de resistência indígena para assegurar uma mínima parte de seu território tradicional. Isso não significa que, antes disso, os indígenas não tenham resistido silenciosamente, cotidianamente e estrategicamente para manter sua cultura, seus paradigmas religiosos ou mesmo os seus costumes. Não obstante, com o avanço sobre as terras tradicionais para colonização, a consequente exploração comercial dos recursos naturais existentes nos territórios indígenas justificou as iniciativas dos atores que, agindo e entoando discursos em prol da modernidade e do progresso sempre convenientes aos seus defensores, esforçaram-se em impedir as demarcações das terras indígenas.

O surgimento do município de Iraí está intimamente ligado à exploração comercial da fonte de águas termais, sobre a qual foi construído o Balneário Osvaldo Cruz, que justificou, inicialmente, a expansão da atividade turística do município. O fluxo de turistas era, ao que tudo indica, relevante e se intensificou, especialmente, após a construção e inauguração do Cassino Guarani na década de 1940. De acordo com

Rossoni (2001), foi na época do funcionamento do cassino e até posteriormente à proibição do seu funcionamento como local de jogos em 1943 que o turismo em Iraí prosperou. O livro de registro do Balneário indica que o turismo foi intenso, sendo Iraí o destino de turistas vindos de países vizinhos, especialmente o Uruguai.

De fato, o surgimento de um quadro de exploração econômica de um recurso natural aliada à abertura e funcionamento de um cassino pode ser considerado um dos motivos que justificaram a construção de um aeródromo, símbolo material que expressou os conceitos de progresso e modernidade em Iraí na década de 1950. Essa é uma interpretação imediata quando se reduz o foco da análise ao município de Iraí. No entanto, ao expandir a análise para um cenário macroscópico e entender o processo de modernização e expansão da estrutura de transporte no território nacional, é possível admitir que a construção de um aeródromo em Iraí tenha sido financeiramente mais viável para o poder público federal. A construção de uma pista de pouso de 1.200m demandou um montante muito menor do que a construção de quilômetros de rodovia (ARAÚJO, 2018).

De acordo com Araújo (2018), enquanto os indígenas puderam ser contemplados no portfólio de produtos e serviços hoteleiros oferecidos aos turistas em Iraí, os hotéis promoviam o contato interétnico entre os Kaingang e os turistas – para que os últimos pudessem adquirir o artesanato indígena – e a presença Kaingang foi admitida no seu território tradicional. Contudo, com o avanço dos colonos comodatários sobre o território Kaingang, os indígenas articularam-se e iniciaram um movimento para reclamar a demarcação do seu território tradicional, a partir da década de 1980. A partir desse momento, os atores políticos da comunidade iraiense em conluio, ao que as fontes indicam, com os representantes de entidades pretensamente ambientalistas, iniciam a tática de adotar discursos que tentaram deslegitimar o pleito demarcatório Kaingang. Através dos jornais, especialmente o jornal Zero Hora, jornal rio-grandense de expressiva circulação no Estado do Rio Grande do Sul e também em Iraí, conseqüentemente os discursos contrários a demarcação ganharam corpo e espaço para reprodução. O sentido do discurso, como pôde ser visto nas matérias do Zero Hora, foi basicamente unilateral, isto é, apenas uma versão se impôs nas matérias publicadas nesse periódico, a versão dos opositores à demarcação.

Deste modo, o primeiro capítulo deste trabalho faz um breve balanço teórico acerca do conceito de fronteira e do conceito de fronteira interétnica, que é o conceito que interessa ao estudo. Além disso, uma revisão bibliográfica sobre a história do povo

Kaingang no Rio Grande do Sul, na Região do Médio Alto Uruguai e, finalmente, no município de Iraí – recorte espacial do presente estudo.

O segundo capítulo traz uma breve interpretação das fontes acessadas para essa pesquisa. O que possibilitou uma divisão de temas para trabalhar na leitura das fontes e o que elas puderam dizer. Orientando-me pelo olhar à fronteira, que para Martins (1996) é o local de encontro, é local de diálogo, e especialmente à fronteira interétnica, que para Barth (2000) é o fenômeno que resulta do encontro e do contraste entre os atores que são diferentes entre si, busquei identificar as manifestações da fronteira explorando as contradições. As contradições das falas e das ações dos agentes que exerceram o poder de estabelecer e determinar a fronteira interétnica na seara das relações de trabalho, no turismo, e em outras relações.

2. OS KAINGANG E A FRONTEIRA EM IRAÍ-RS

O presente capítulo tratará de elaborar uma breve revisão bibliográfica a respeito da história dos Kaingang a fim de situar minimamente o leitor da presença Kaingang no seu território tradicional, hoje município de Iraí-RS. Além desse subtítulo, o mesmo procedimento revisionista será feito para explorar o conceito de fronteira e demonstrar como ele pode servir de objeto de estudo e também instrumento analítico de fenômenos históricos inseridos na trajetória Kaingang em Iraí-RS no século XX.

2.1 Os Kaingang em Iraí-RS

A região onde hoje se situam os três Estados do sul brasileiro foi, no passado pré-colonial, ocupada por três diferentes levas de migrações humanas. A primeira foi de grupos pioneiros caçadores-coletores, que possuíam alta mobilidade e com ocupações iniciais do território por volta de doze mil anos atrás. A segunda leva migratória foi a de grupos do tronco linguístico Jê, provenientes de áreas do Brasil Central, chegando por

volta de 2.500 anos antes do presente e ocupando as terras altas da região. A terceira e última leva foi de grupos do tronco linguístico Tupi-Guarani, que ocorreu por volta de 2000 anos atrás, ocupando majoritariamente os vales dos grandes rios (NOELLI, 1999, p. 285).

Lino (2015) ajuda a entender o povoamento da região Sul do Brasil, ao afirmar que há cerca de 2.500 anos migrações de contingentes humanos dominadores da produção de artefatos cerâmicos e praticantes de agricultura alteraram a paisagem da região. De acordo com o autor, num primeiro instante esse grupo étnico iniciou uma frente de povoamento nas terras altas do Brasil meridional, para em seguida espalhar-se definitivamente por inúmeros ambientes, incluindo regiões costeiras. Esses povos pertenciam à matriz linguística Jê e, muito provavelmente, eram originários da região central do Brasil, em alguma faixa territorial entre o cerrado e o sul da floresta amazônica, região onde se verifica a existência de vários povos indígenas Jê, que compartilham semelhanças. Posteriormente, esses povos ficaram conhecidos, entre outras denominações, como Kaingang e Xokleng.

Abordando o critério linguístico, os Kaingang pertencem ao tronco Macro-Jê e constituem as comunidades indígenas ordenadas como Jê Meridionais, ocupando áreas situadas nos estados brasileiros de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (VEIGA, 2000). Contribuições científicas de cunho arqueológico e linguístico indicam a presença dos Kaingang há cerca de 2500 anos na região sul do Brasil. A cultura dos Kaingang sustenta conexões com as sociedades Jê-Bororo, principalmente com os Jê setentrionais e centrais (LAC, 2005). Em complemento, “Kaingang” é o termo utilizado desde 1882 para identificar o grupo indígena descendente do grupo Guaianá (BECKER, 2006, p. 126).

Nötzold (2003) afirma, a respeito dos Kaingang e das características de suas habitações, que estas variavam entre acampamentos a céu aberto, casas cobertas com folhas de palmeiras e casas subterrâneas⁶. Sendo os Kaingang caçadores e coletores, dois eram os elementos de destaque na base alimentar dos indígenas: o pinhão e o milho. Corroborando com a importância do pinhão na alimentação indígena, Veiga (2000) afirma que os Kaingang costumavam erigir suas aldeias em áreas de ocorrência dos pinheirais, especialmente entre o norte e noroeste do Rio Grande do Sul, Santa

⁶ Para saber mais sobre as habitações Kaingang, ver: D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda. **Habitação e acompanhamentos Kaingang hoje e no passado**. Cadernos do CEOM – Ano 17, n.º 18 – Arqueologia e populações indígenas

Catarina, Paraná e sul de São Paulo. A coleta do pinhão, observada nos meses de maio a julho, associava-se ao período de caça mais intensa, pois os pinheirais não eram importantes apenas pela possibilidade de coleta do pinhão, mas também por constituírem-se em uma área de ocorrência de animais que serviam como caça aos Kaingang (MANFROI, 2008; DORNELLES, 2011).

Especificamente sobre os Kaingang no Rio Grande do Sul, Becker (1976) destaca duas importantes interferências nos territórios tradicionais Kaingang: a primeira foi a colonização pela matriz alemã a partir de 1824 e em 1875 pela colonização italiana; de modo que a segunda foi a catequese encampada pelos jesuítas a partir de 1848. Esses dois fenômenos, de acordo com a autora, iniciaram uma reconfiguração do território Kaingang bem como da sua organização social. Originou-se, a partir desses dois movimentos, uma tensão entre os Kaingang, empenhados em resistir, assegurar e retomar os seus territórios, e os não indígenas, que visavam o avanço da colonização europeia sobre território Kaingang e a catequese promovida pelos jesuítas.

De acordo com Dornelles (2011), no Rio Grande do Sul, desde o século XIX, os Kaingang foram personagens constantemente presentes nos discursos e nos debates sobre a questão indígena, sobretudo pela resistência oferecida à colonização e expropriação de suas terras tradicionais⁷. Entretanto, de acordo com o autor, essa resistência indígena foi utilizada em práticas discursivas para justificar a tomada de determinadas ações violentas ou restritivas aos Kaingang. Exemplo de ação do poder público foi a criação dos aldeamentos de Guarita, Nonoai e Campo do Meio, entre os anos de 1848 e 1852, onde missionários jesuítas eram os responsáveis pela condução desses aldeamentos e a catequização dos Kaingang.

A história do município de Iraí está ligada à história dos Kaingang da região do Médio e Alto Uruguai, pois segundo Fischer (1954) os Kaingang afirmavam conhecer o local em que as fontes termais se encontravam. O surgimento do município guarda afinidades com o episódio conhecido como Revolução Federalista, que opôs castilhistas e maragatos. Como indicam Fischer (1954), Grassi (1992) e Lac (2005), um agrupamento com partidários dos maragatos e liderados por Domingos Galvão de cerca de 200 pessoas, oriundas do município de Cruz Alta no noroeste do Rio Grande do Sul,

⁷ Para saber mais, ver: BRINGMANN, Sandor F. **ÍNDIOS, COLONOS E FAZENDEIROS: Conflitos Interculturais e Resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829 – 1860)**. 2010. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2010.

deslocaram-se de Cruz Alta em fuga da perseguição empreendida pelos adversários, passando por Palmeira das Missões, e chegaram à margem esquerda do Rio da Várzea.

Os Kaingang que viviam no toldo da margem do Rio da Várzea migraram para o outro lado da margem do rio Uruguai. Porém, o líder deste grupo – cacique Nonoai, por motivos de saúde, não os acompanhou e acomodou-se nas margens do Rio do Mel para, possivelmente, recorrer aos efeitos medicinais das águas, ali permaneceu até o ano de seu falecimento em 1895 (FISCHER, 1954). Nonoai foi enterrado próximo à área das águas termais de Iraí, de modo que o local do seu enterro constituiu-se num importante espaço de memória coletiva⁸ dos indígenas, uma das prováveis razões que fez os Kaingang permanecerem nesta região, resistindo à colonização, fixando-se sobre o interior de seu território tradicional, à margem direita do Rio do Mel, durante a década de 1930 (LAC, 2005).

Contudo, na outra margem do Rio do Mel, conforme livro-tese defendida na Faculdade de Medicina de Porto Alegre no ano de 1927, de autoria do Dr. Heitor Silveira, o registro da primeira construção erigida para permitir o uso das águas termais iraienses em práticas terapêuticas data do ano de 1918, haja vista que já eram reconhecidos pelos usuários, os efeitos benéficos à saúde que as águas termais ofereciam. Conforme Silveira (1927),

As curas thermaes, a este título, são maravilhoso instrumento de Puericultura. Crenças fracas, débeis, arthriticas, que podem atingir a idade adulta com deformações e doenças que causam tormentos sem conta, são susceptíveis de uma cura thermal que afastará estes prognósticos sombrios, e fará homens robustos e fortes dos que predestinados eram á inutilidade e ao soffrimento! (SILVEIRA, 1927, p. 53 – 54)

Conforme já mencionado, na década de 1920 as águas termais de Iraí desfrutavam de prestígio capaz de fazer delas um objeto de estudo científico, mais precisamente no ano de 1927, mesmo ano em que uma enchente do Rio do Mel impôs dificuldades a quem procurou o tratamento hidroterápico nas dependências do balneário. A figura 01 ilustra a construção em madeira do balneário atingida pela enchente.

⁸ Por memória coletiva admito o conceito proposto por Halbwachs (2013) para quem a memória coletiva é uma categoria de reconstrução de um passado experimentado por um indivíduo ou um grupo que, mesmo partindo de um ponto específico e/ou individual, percebe reconhecimento do grupo social do qual emana essa memória.

Figura 01: o primeiro balneário mais sofisticado em construção atingido pela enchente em 1927

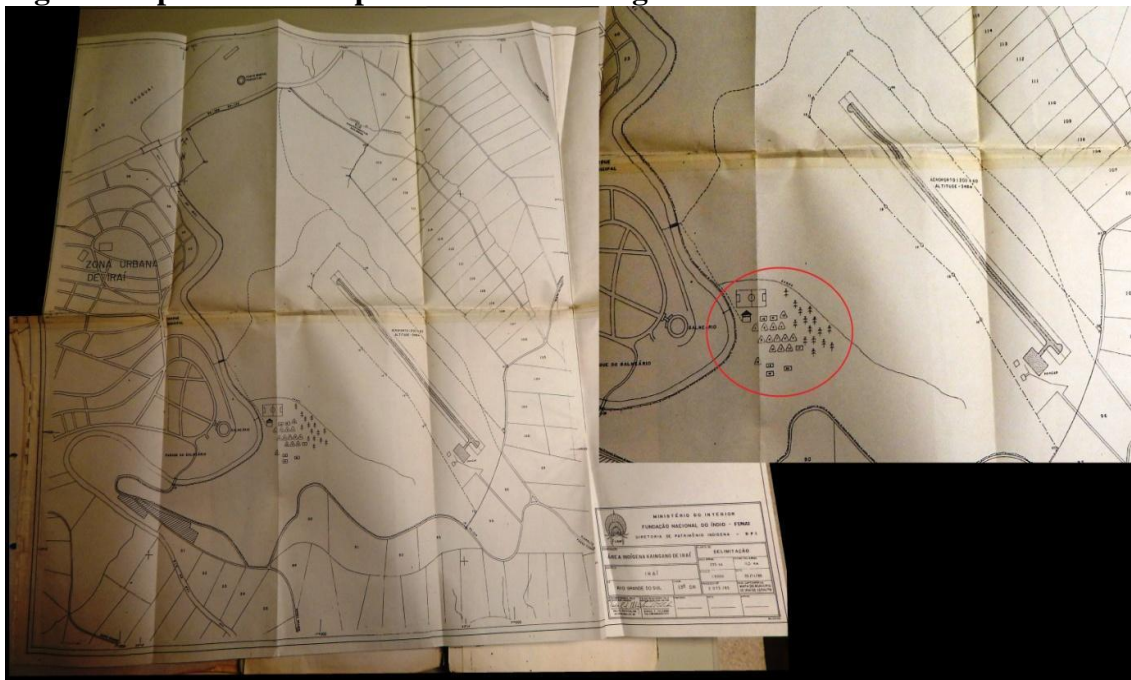


Fonte: acervo municipal

Com a manutenção da atividade turística embasada na exploração das fontes termais, o município de Iraí assistiu, no início da década de 1940, à inauguração do Cassino Guarani. A atividade desse empreendimento, segundo Rossoni (2001)⁹, coincidiu com o crescimento do turismo em Iraí. Logo, a exploração das fontes termais através do balneário, do cassino como espaço de lazer aos turistas, e da posterior construção do aeroporto na década de 1950 em pleno território indígena, desenharam o cenário no qual os Kaingang se viram cada vez mais pressionados em uma porção de terra incapaz de atender as necessidades mínimas para a manutenção do seu modo de vida. A figura 02, elaborada por um profissional técnico da FUNAI no ano de 1985, ilustra a descrição anterior, pois é uma planta de parte da zona urbana de Iraí. Em destaque na imagem está o toldo Kaingang, tendo por um lado o Rio do Mel e o balneário e, por outro, o aeroporto.

⁹ O estudo de Sirlei Rossoni, fruto de sua pesquisa de dissertação sobre o Cassino Guarani, a autora trouxe as histórias, memórias e os personagens relacionados ao cassino. Nesta obra, Rossoni (2001) afirma que, no ano de 1937, Eurico Nunes da Silva buscou o uso terapêutico das águas termais e ao lograr êxito no tratamento de sua enfermidade, decidiu estabelecer-se em Iraí e, conforme sua pesquisa, em forma de agradecimento ao município, decidiu construir um cassino na cidade. Segundo Rossoni (2001), a construção do cassino deu-se de forma muito rápida, afirmando a autora o período de apenas cinco meses para a conclusão da obra, permitindo que o cassino fosse inaugurado no início da década de 1940, mais precisamente em 20 de fevereiro do ano de 1941.

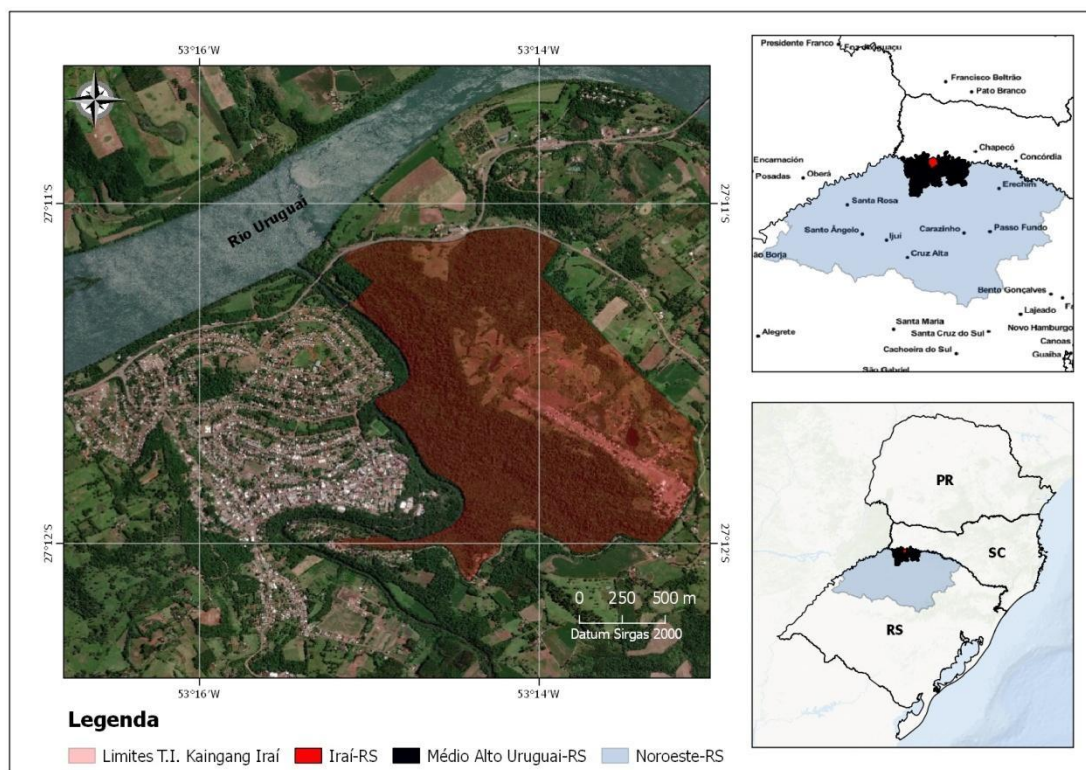
Figura 02: planta do aeroporto e do toldo indígena



Fonte: processo nº 89.120.2949-5

Diante desse quadro de expropriação do seu território, os Kaingang iniciaram a articulação de um movimento para reclamar a demarcação da terra indígena Kaingang de Iraí, acentuando-se na década de 1980, a partir da confecção de laudo antropológico que afirmou a área pretendida pelos Kaingang como território tradicional indígena. A demarcação da terra indígena ocorreu no início da década de 1990 e o mapa a seguir ilustra a localização e os limites da Terra Indígena Kaingang de Iraí. No mapa é possível identificar que o aeroporto situa-se no interior do perímetro da T.I.

Mapa 01: Terra Indígena Kaingang de Iraí-RS



Autor: Fábio Araújo

De forma breve, convém tentar esclarecer que o processo de demarcação da área indígena observa cinco etapas. A primeira delas é a fase do estudo; momento no qual são realizados os estudos e confecção dos laudos antropológicos, históricos, ambientais e cartográficos. A segunda fase é a delimitação; após a FUNAI aprovar os estudos da etapa anterior e publicar no Diário Oficial da União, quando é feita uma análise administrativa ou pelo Ministério da Justiça, para posterior emissão de Portaria Declaratória. A terceira etapa é a declaração; após a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministério da Justiça, que autorizada a delimitação física da área indígena, com o estabelecimento e a especificação dos limites geográficos da área. A quarta fase é a homologação, quando após a delimitação da área indígena é feita a homologação da demarcação através de decreto presidencial. A quinta e última fase é da regularização, momento em que, após a homologação, a área indígena é registrada em cartório em nome da União. A Terra Indígena Kaingang de Iraí é uma área regularizada, de acordo com as informações constantes no site da FUNAI¹⁰.

¹⁰ Informações obtidas no site da Funai, no endereço <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> acessado em março de 2018.

Segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população total da terra indígena Iraí atingiu a marca de 706 pessoas, sobre uma área de 279,79 hectares. A Terra Indígena Kaingang de Iraí é uma entre as dezessete terras indígenas tradicionalmente ocupadas em situação regularizada existentes no Rio Grande do Sul. Quando o parâmetro espacial é a região do Médio Alto Uruguai, três são as terras indígenas tradicionalmente ocupadas e regularizadas que se observa: Terra Indígena Kaingang de Iraí em Iraí; Terra Indígena Guarita, nos municípios de Tenente Portela, Redentora e Erval Seco; e Terra Indígena Nonoai/Rio da Várzea nos municípios de Trindade do Sul, Planalto, Nonoai, Liberato Salzano e Gramado dos Loureiros.

Todavia, o contato interétnico é um dos pilares sobre os quais se constitui o cenário de tensão entre os Kaingang e os não indígenas, a partir, principalmente do movimento de colonização de matriz europeia na região do Médio Alto Uruguai – território tradicional Kaingang, como exemplificado por uma vasta literatura¹¹. Durante a expropriação das terras indígenas para assentamento de colonos ou construção e expansão de espaços urbanos, desencadeou-se uma força reativa de resistência Kaingang para a garantia de seu território ou para a retomada das suas terras tradicionais. De certo modo, esse fenômeno pode ser observado na história da demarcação da Terra Indígena Kaingang de Iraí, quando o avanço do município sobre as terras Kaingang, orientado pela possibilidade de exploração comercial das fontes termiais, como também pela construção de um aeroporto em território indígena e, posteriormente, pela criação de um parque florestal que proibiu a presença dos Kaingang no seu próprio território.

2.2 Breve discussão sobre fronteira

Lida indispensável à pavimentação de qualquer estudo, é explorar minimamente a conceituação de termos centrais empregados na construção do mesmo. Isto é, tentar apresentar uma ideia geral do conceito abordado, suas implicações, suas interpretações, suas variações ao longo do tempo, e suas ramificações ou

¹¹ Como exemplos, ver: Becker (1976); Nötzold (2003); Bringmann (2010); Dornelles (2011); Lino (2015).

especificidades a consenso de bibliografia já produzida sobre. E, sobretudo, de que forma uma breve revisão bibliográfica se articula e contribui ao presente estudo. Isto posto, parte-se para uma ligeira revisão bibliografia acerca do conceito de fronteira.

A associação aos domínios da Geografia parece de pronto quando o termo “fronteira” se mostra ao leitor. E talvez isso se deva por uma ideia que costumeiramente se vincula ao significado do termo: a ideia de limite. Ferrari (2011) ajuda a entender essa associação ao significado de limite entre Estados, ao refletir sobre a origem do termo “fronteira” e afirmar que:

A origem da palavra, como seus correspondentes na língua espanhola (*frontera*), na francesa (*frontière*) e na inglesa (*frontier*) derivam do antigo latim para no período moderno designar o limite de um Estado nacional e de sua soberania. A aparição do termo emana de “*front*”, zona de combate por definição, inicialmente com valor militar. O *front militar* seria então composto por um grupo de pessoas, e, portanto a fronteira seria humana, sem coincidir primeiramente com o limite de um território (FERRARI, 2011, p.27).

Ao passo que a autora afirma essa inicial interpretação do termo fronteira enquanto limite entre Estados, ela avança sua investigação e assinala outro espectro que também daria origem ao termo. “*Front*”, de acordo com a autora, designava zona de combate com um caráter, portanto, militar. Ao lembrar o uso militar do termo, a autora insere no âmbito da discussão o elemento humano ao sentenciar “portanto a fronteira seria humana”.

Fenômeno comum aos conceitos, a mudança ao longo do tempo também não se isentou diante do conceito de fronteira. Posto como objeto de estudo, a fronteira sofreu alterações na medida em que o conhecimento científico exerceu seu natural movimento em busca de respostas mais consistentes aos problemas sobre ela elaborados. Sobre esses diferentes olhares e entendimentos acerca do conceito de fronteira, Ferrari (2011) afirma que o termo tem sido usado de variadas formas e para expressar diferentes sentidos, que oscilam da ideia de limite entre dois países, até sentidos mais simbólicos como uma fronteira social, fronteira epistemológica, linguística, etc.

Importante destacar que o que decorre da reflexão da autora, é fundamentalmente o caráter dicotômico da fronteira, que se configura num cenário de encontro, de contraste entre diferentes. Entendimento que interessa ao presente estudo, na medida em que se intenta observar como a fronteira interétnica se manifestou a partir das relações entre os Kaingang e os não indígenas no cenário histórico de Iraí,

município que foi palco, inclusive, de relações contenciosas entre esses diferentes atores, especialmente a partir da década de 1980, momento de intensificação do movimento indígena pela demarcação de seu tradicional território. Contudo, o que se pretende demonstrar nesse estudo são ocasiões em que a fronteira interétnica não se mostrou apenas sólida, em função dos conflitos pela demarcação da terra indígena, mas também momentos de trocas, de relações comerciais bilaterais em que a fronteira interétnica mostrou-se mais porosa.

Amplamente conhecido é o trabalho do historiador estadunidense Frederick Jackson Turner, para quem a fronteira está associada ao fenômeno de expansão do povoamento interno de um país, cujo projeto de colonização priorizou o agente europeu em detrimento dos indígenas que já povoavam aquelas terras (TURNER, 2004). Ferrari (2011) lembra que na década de 1950, fenômeno semelhante aconteceu no Brasil, durante o governo Vargas que promoveu uma “marcha para o oeste” que se estabelecia sobre a premissa de que existiam territórios sem povoamento, territórios entendidos como “vazios humanos”.

Partindo das reflexões anteriores que convocam ao conceito de fronteira a presença do elemento humano bem como o elemento território, faz-se necessário reconhecer o território como elemento constitutivo da fronteira. Recorda-se, portanto, a proposição de Andreis (2009, p. 13) que, com sensibilidade analítica percebe a indissolubilidade dos conceitos de espaço e território e assinala que “não há espaço que não seja território”, e avançando nesse entendimento, destaca território enquanto um lugar de domínio de um grupo, sublinhando a existência de fronteiras entre os espaços e aprofunda essa reflexão alertando para a essência polissêmica do próprio conceito de fronteira invocando a necessidade de considerar o local de quem a observa.

Outra autora que se debruça sobre o estudo da fronteira, Lia Machado atenta para a importância do elemento território na constituição da fronteira. A autora afirma que o território não é apenas um palco sobre o qual personagens atuam livremente, mas um cenário que impõe a essa atuação certas condições. Em suas próprias palavras a autora escreve:

Sendo assim, não é possível pensar o território como algo *sobre o qual se atua*, e sim como algo *com o qual se interage*. É essa interação que define tanto o limite como a fronteira, e é ela que determina o sucesso ou fracasso de qualquer intento de controle da condição de legalidade e ilegalidade (MACHADO, 2000, p. 18).

Contribuindo com a breve discussão, e complementando o aceno à importância do território para compreensão do fenômeno da fronteira, Renk (2007) fez dialogarem construções teóricas do campo da Geografia e da Antropologia que dissertam sobre os conceitos de território e territorialidade. Deste diálogo resultou a admissão do perigo reducionista do entendimento de território apenas como uma área na qual um grupo habita, trabalha ou circula, e sugere que a territorialidade se manifesta por relações específicas, inclusive num universo simbólico, que determinado grupo estabelece com o território.

Em sua dissertação em que estuda conflitos interculturais e a resistência Kaingang nas regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul, Bringmann (2010) dedica especial atenção à noção de território e territorialidade admitida pelos Kaingang. Afirmando o forte vínculo que o povo Kaingang mantém com seu território, que determina inclusive, sua cosmologia, o autor lembra o mito de origem do povo Kaingang, o ritual de enterramento do umbigo, o ritual do *Kiki*¹² e a divisão exogâmica entre *Kairú* e *Kamé*, orientadas por relação de parentesco e, em muitas vezes, pelo próprio território.

Deriva dessas reflexões a noção de que sobre um mesmo objeto – neste caso território – se sobrepõe diferentes concepções e projeções. Neste caso específico, destacam-se as concepções dos Kaingang e dos não indígenas sobre o mesmo território, sobretudo o território que será motivo de disputa e será visto mais adiante.

Assim, além de polissêmica, a fronteira é também dinâmica. Isto é, mutável de acordo com as circunstâncias envolvidas na configuração da fronteira: personagens fronteiriços, suas relações e suas trocas, bem como os elementos concretos e abstratos consensualmente admitidos como parâmetros definidores de domínios e, portanto, de fronteiras. Andreis (2009) esclarece, nesse sentido, que:

As fronteiras referem-se àquilo que está manifesto em frente. São os espaços em uma limitação que é ao mesmo tempo e lugar um processo em ligação. Quer dizer que ao permitir as fragmentações, as fronteiras afiançam que essas repartições sejam conservadas mediante percursos que mantêm os vínculos, os encadeamentos das teias e controlem a miscigenação entre os espaços. São fronteiras vivas, mas que mantêm o poder das separações e das vinculações (ANDREIS, 2009, p. 14).

¹² Ritual de culto aos mortos. Para saber mais ver: QUEIROZ, Isabella B. **O ritual do Kiki de 2011: uma interpretação etnoarqueológica**. Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó, 2018.

A respeito do elemento humano, personagens que, como concorda Andreis (2009), dão vida à fronteira, Machado (2000, p. 10) sentencia algo fundamental para a compreensão sobre fronteira que interessa ao estudo: “*as fronteiras pertencem ao domínio dos povos*”. Ao reforçar a humanização da fronteira como fenômeno manifestado pela ação dos povos, a autora permite outra reflexão associada à interação de populações: o “domínio”. Afirmando a fronteira enquanto “domínio dos povos”, Machado (2000) conjuga ao conceito de fronteira uma ideia de poder. Dominar é exercer poder. No que concorda Andreis (2009), ao entender a fronteira como construção resultante do exercício de poder. Isto é, definir uma fronteira e a partir dessa definição permitir ou negar o trânsito de valores, conceitos, pensamentos, mercadorias, objetos é, também, o exercício de poder.

Entendendo a fronteira a partir das construções teóricas precedentes que dispõe noções que vão além de uma implicação limítrofe e trazem à discussão o caráter humano da fronteira, do contato e da comunicação entre diferentes e, inclusive, a observação da fronteira como produto do exercício de poder, convém atentar para o trabalho de Martins (1996) que ajuda a entender a fronteira interétnica no cenário histórico de Iraí. A proposição do autor sobre fronteira parece sintetizar as reflexões anteriores quando escreve que

Na minha interpretação, *nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade*. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro (MARTINS, 1996, p.27).

Fronteira para o autor pressupõe, fundamentalmente, contrastes. Encontro de diferentes. De modo que, segundo o próprio autor, a fronteira deixa de existir “quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem” (MARTINS, 1996, p. 27). Dessa forma, até o momento as contribuições teóricas acionadas para esse estudo dialogam e se complementam, oferecendo uma possibilidade de leitura e interpretação das relações entre Kaingang e não indígenas no cenário iraiense, pelo prisma da fronteira.

Bringmann (2009; 2010), que em seus estudos deteve-se com ênfase na observação das relações entre os Kaingang da região do norte e nordeste do Rio Grande

do Sul, contribui para o presente estudo na medida em que produz reflexões sobre a fronteira interétnica a partir do contato entre os Kaingang e não indígenas. O autor sustenta que através da fronteira interétnica, local de encontro e contato entre o povo Kaingang e a frente de colonização, é possível analisar como elementos trazidos pelos imigrantes europeus e descendentes influenciaram hábitos e costumes tradicionais dos indígenas.

No presente estudo o entendimento que se admite para o conceito de fronteira se alicerça na efêmera revisão precedente. Isto é, a fronteira é local de encontro, elemento que pertence ao domínio dos povos, lugar de contato, de trocas bilaterais, ora mais intensas em um sentido, ora em outro, mas fundamentalmente, espaço de comunicação e trocas. A peculiaridade do conceito de fronteira a ser considerada para efeito deste exercício de pesquisa é a tratada por Bringmann (2010), a fronteira interétnica. Será a partir da leitura das fontes históricas acessadas para esse estudo, tais como notícias publicadas em jornais da região que registraram a fala de atores políticos em desfavor dos Kaingang, livros publicados que tratam especificamente da história de Iraí em que contém registros de visitantes bem como relatos sobre o município, uma dissertação de mestrado e um laudo antropológico em que estão disponíveis entrevistas de personagens e lideranças indígenas e, também, duas leis municipais cujo principal efeito foi a criminalização da presença Kaingang em seu território tradicional.

3. DAS FRONTEIRAS INTERÉTNICAS EM IRAÍ

A proposta do presente capítulo é perceber em que momentos e sob quais circunstâncias a fronteira interétnica manifestou-se no contexto histórico objeto deste estudo. Para tanto, a confecção deste capítulo orienta-se pelas fontes acessadas até o momento que podem ser utilizadas para a composição de uma narrativa histórica e, sobretudo, para a promoção de reflexões que possam conotar a continuidade de pesquisas aprofundadas sobre o tema.

3.1 Os Kaingang e as relações de trabalho

Não se objetiva neste momento, por óbvias razões, discutir minimamente o mundo do trabalho revisitando conceitos já consagrados na historiografia concernente, para então olhar analiticamente para as relações interétnicas entre os Kaingang e os não indígenas, ao longo do século XX, em Iraí. Desta forma, parte-se para a leitura e análise das fontes buscando identificar, neste momento, as manifestações da fronteira interétnica tendo como eixo de análise o elemento trabalho.

Em seu trabalho Lac (2005) realizou entrevistas com alguns indígenas da comunidade Kaingang de Iraí, e colheu relatos que servem de maneira muito útil a este estudo. Uma das entrevistas realizada pela autora e que evidencia a contribuição Kaingang para a atividade turística teve como entrevistado Leonardo Teston, filho do proprietário do Hotel Balneário, o hotel mais próximo ao Balneário Osvaldo Cruz. Na entrevista cedida à pesquisadora, Leonardo revela que “grande parte do hotel foi construída com a mão de obra indígena” (LAC, 2005, p. 70).

Embora curta e relativamente simples, essa afirmação de Leonardo, permite algumas reflexões que não devem ser negligenciadas. A primeira observação que merece ser feita é sublinhar o personagem que fala: Leonardo é filho do proprietário do hotel. E ele próprio admite e relata o emprego de força de trabalho indígena na construção do hotel. Mesmo sendo impossível afirmar que o emprego de mão de obra indígena na construção do hotel não foi sazonal, é inegável que os Kaingang participaram mais ativamente da dinâmica econômica municipal, especialmente quando essa participação era conveniente para a economia.

Como não foram acessadas fontes que permitissem entender - ao menos algumas - especificidades dessas relações de trabalho já citadas, faz-se, talvez, pertinente a elaboração de algumas perguntas além dos limites do que a fonte evidencia. Olhar para essa fonte, instiga-nos a querer saber como era, por exemplo, a jornada de trabalho observada pelos Kaingang? A remuneração percebida pelos indígenas equiparava-se à remuneração de trabalhadores não indígenas quando do desempenho de funções equivalentes? Em qual ou quais funções a força de trabalho indígena era mais comumente empregada? Mesmo que neste momento seja inviável oferecer respostas a essas perguntas, seus enunciados ajudam a reforçar a ideia da fronteira interétnica e sua manifestação.

De outro lado, e em outro momento, ocupando-se por compor uma narrativa que considerou inclusive alguns aspectos históricos da cidade de Iraí, Martin Fischer também relatou suas impressões e os seus testemunhos sobre o município e sobre como a comunidade iraiense não indígena interagiu com os Kaingang. Um trecho do seu relato reforça o que a entrevista de Leonardo revelou sobre as relações entre indígenas e não indígenas. Fischer (1954) reconheceu as qualidades laboriosas dos Kaingang, referindo-se a estes como “coroados”, apontando a presença da mão de obra indígena em algumas colônias no município de Iraí ao escrever que:

Muita vez, um ou outro destes Coroados se emprega nas colônias como peão [...] Para trabalhos leves, porém, tais como capinar, cortar cana-de-açúcar e outros, dificilmente se encontrarão trabalhadores mais eficientes e laboriosos. É pena sejam tão pouco persistentes em seus empregos. São, todavia, pessoas honestas, como geralmente se tem verificado, que respeitam minuciosamente a propriedade de seus patrões e, com sua modéstia e despreensão, a ninguém incomodam. (FISCHER, 1954, p. 14).

Em carta destinada ao presidente da Funai, escrita por Augusto Opê da Silva - então cacique Kaingang - em 02 de dezembro de 1984¹³, pode-se perceber que alguns indígenas ainda empregavam-se nas colônias do município. Em carta que o cacique manifesta os interesses da comunidade Kaingang e relata alguns problemas enfrentados pelos indígenas, Augusto escreve que:

Eu resolvi de relatar isso porque faz anos que estamos sofrendo dentro desta pequena terra é uma abafação pra mim, não dá nem pra plantar um pé de feijão e milho, completamente nada. Só em artesanato não dá, sabemos trabalhar, só falta terra suficiente. Outra, não estão todos da família, tem uma dúzia de famílias que trabalha na colônia, se for resolvido a demarcação a gente reúne todo mundo pra trabalhar.

A fonte citada, produzida em 1984, ajuda a entender que desde a década de 1950, os Kaingang mantinham relações de trabalho no cenário iraiense. Relações essas que permaneceram até a década de 1980, como a fonte nos permite observar.

Por seu turno, Grassi (1992) afirmou os Kaingang exclusivamente como vendedores de artesanato por ocasião da atividade turística. Mesmo projetando sobre os indígenas uma visão reducionista, no intuito evidente de posicionar-se contrariamente à demarcação da terra indígena, o autor acaba por reforçar a presença e atuação dos Kaingang nas relações comerciais no município de Iraí. O artesanato produzido pelos Kaingang e vendido, em sua maioria, para os turistas do município era produto do

¹³

trabalho indígena, do domínio de técnicas para escolha e extração do material, bem como para a confecção das peças comercializadas.

Para confeccionarem seus itens de artesanato, os Kaingang necessitavam como matéria-prima a taquara, o taquaruçu, o cipó, casca de pinheiro e raízes diversas, todas escassas naquela área de terra à margem direita do Rio do Mel, local em que os indígenas estavam estabelecidos. Como se não bastasse a escassez desses insumos naquele local, os Kaingang estavam proibidos por lei, como veremos mais à frente, de extrair da área da reserva florestal qualquer matéria-prima para a produção dos seus artesanatos.

Deste modo, a partir das fontes que versam sobre o universo do trabalho, é possível observar a natureza dos movimentos da fronteira interétnica entre Kaingangs e não indígenas em Iraí. Na medida em que os Kaingang puderam atender demandas da iniciativa privada, fossem de agentes da atividade turística, fossem de agentes da produção agrícola local, a fronteira interétnica mostrou-se porosa, flexível. Vistos como braços laboriosos disponíveis no mercado de trabalho daquele cenário, os indígenas atuaram na construção do hotel e nas colônias locais pois, seguramente, reconheceram no seu portfólio de estratégias possibilidades de beneficiarem-se a partir dessas relações. Fazer tal inferência, não é apenas humanizar esses personagens históricos, mas é também interpretar o que outras fontes, trazidas adiante, sugerem.

3.2 Os Kaingang e o turismo

As relações interétnicas não se restringiram ao terreno das interações da ordem do trabalho. As relações entre a comunidade não indígena e os Kaingang eram mais complexas e mais intensas do que as aventadas, por exemplo, por Grassi (1992), para quem os indígenas eram somente, e tão somente, vendedores de artesanato aos turistas. Para tratar da fronteira interétnica em Iraí, no âmbito do turismo - elemento entrelaçado com a história do município, recorre-se à leitura de fenômenos históricos manifestados ao longo do século XX, através de fontes produzidas, especialmente, em contexto de disputas políticas e articulação do movimento Kaingang para demarcação da terra indígena. Neste momento do texto, se fazem presentes mais intensamente o laudo

antropológico de 1985, confeccionado por Paula Elisabeth Ruth Ebling, algumas notícias publicadas no periódico Zero Hora e a - já citada - dissertação de Flávia Lac.

Na feitura do laudo antropológico Ebling (1985) ofereceu uma descrição da realidade enfrentada pela comunidade Kaingang em Iraí que permite compreender melhor o cenário em que os indígenas se deparavam. Denunciando as precárias condições de habitação às quais os Kaingang estavam submetidos, estabelecidos em uma área que contava com 10 casas feitas de madeira, dentre as quais metade possuía apenas uma peça. A outra metade de 05 casas foi construída com duas peças. Além dessas 10 casas de madeira, a área apresentava outras duas casas feitas de capim e com quatro “giraus feitos de papelão e pedaços de plástico, sendo sub-humanas as condições de habitação nessas seis ‘moradias’.” (EBLING, p. 53). Esse quadro habitacional era o único disponível às 25 famílias Kaingang identificadas no levantamento feito pela autora. Essas 25 famílias eram compostas por 98 pessoas. Além disso, a água para o consumo era oriunda de uma vertente situada à beira do Rio do Mel. A utilização dessa água era inviabilizada quando da chuva que elevava o nível das águas do rio, encobrindo a tal vertente.

Enquanto, por um lado, os Kaingang em Iraí viam crescer a pressão do avanço do governo estadual sobre as suas terras tradicionais para promoção de reforma agrária, na metade do ano de 1985, por outro, o poder público municipal insistia na tese de que a propriedade das terras em que os indígenas estavam estabelecidos, além das pretendidas para demarcação, era do município. Nas palavras do então prefeito de Iraí, publicadas na matéria intitulada “Área é da cidade, garante prefeito”, na edição de 27 de dezembro de 1985 do Zero Hora, “os índios ainda estão lá porque nós permitimos. Ninguém manda lá”. Essa afirmação foi feita como comentário sobre a aproximação entre a Funai e a Anáí para discutir sobre o futuro dos indígenas que ocupavam cerca de 02 hectares à margem direita do Rio do Mel e a possibilidade de pleitear uma área de 300 hectares naquele território.

Ao afirmar “ninguém manda lá”, pode-se entender que o prefeito tentou afastar da discussão as entidades envolvidas no processo demarcatório. Contudo, a confecção do laudo antropológico entre os anos de 1984 e 1985, atesta a condição de ocupação tradicional Kaingang. Ao reagir opondo-se à ideia de demarcação, o prefeito estabeleceu um distanciamento entre os Kaingang [“os índios”] e a comunidade iraiense não indígena [“nós”], demarcando e erigindo uma fronteira interétnica rígida. Alegar a permissão aos Kaingang para ocuparem a área à margem direita do Rio do Mel conota o

entendimento da condição de intrusos dos indígenas - argumento muito presente no livro de Grassi (1992). A partir desse discurso do prefeito, registrado e publicado no periódico, podemos perceber a manifestação da fronteira interétnica, desta vez mais sólida comparada a fronteira interétnica perceptível nas relações de vínculos empregatícios.

Embora aparentemente desconexos do tema proposto neste tópico, os parágrafos precedentes são necessários não somente por assinalarem uma evidência da fronteira interétnica, mas por darem um contorno mais espesso ao cenário fronteiriço que interessa: um cenário de contrastes. Contrastes que derivam tanto do encontro entre diferentes, como lembra Martins (1996), como contrastes no interior da própria forma do grupo que, como exercício de poder, estabelece a fronteira. Logo, os parágrafos que seguem mostrarão outra face da fronteira interétnica no cenário iraiense.

Pois, afinal, a matéria referenciada e publicada no Jornal Zero Hora oferece mais subsídios para a compreensão do discurso do prefeito. Imediatamente após o registro da sua fala, a frase escrita na matéria denota o sentimento que acompanhou o pronunciamento do prefeito: “A raiva dele tem um forte motivo”. Isto é, a sentença do prefeito que compara os Kaingang com intrusos em seu próprio território foi revestida de raiva. Segundo a mesma matéria, a raiva que o prefeito sentia derivava do fato de que os estudos procedidos pela Funai apontaram os indígenas como proprietários tradicionais das terras, objeto da discussão. Como implicação prática desse apontamento técnico, despontou o receio imediato do poder público municipal de que a exploração comercial das águas termais fosse comprometida pela permanência dos Kaingang. De acordo com as palavras redigidas no periódico:

O prefeito de Iraí diz que mexer naquela área é comprometer a principal fonte de renda da cidade: as águas termais. “Acontece que as fontes nascem naqueles morros. E precisamos manter aquilo lá intacto, porque, caso contrário, corremos o risco de comprometer as nossas águas”. Na realidade, a discussão a respeito do Toldo de Iraí está apenas começando. Ninguém pode arriscar um palpite no rumo que irá tomar... (ZERO HORA, 27/12/1985).

Se a exploração comercial de um recurso natural, neste caso as águas termais, balizou em certa medida a fala do prefeito, conotando um incômodo gerado pela articulação indígena para reclamar a demarcação da área próxima ao balneário, o mesmo não aconteceu nos momentos em que a presença indígena era conveniente à atividade turística. De acordo com Ebling (1985) e Lac (2005), tanto a imagem do toldo

indígena quanto o próprio artesanato Kaingang eram objetos de exploração com finalidade turística por parte da prefeitura iraiense. De acordo com as autoras, enquanto os Kaingang não manifestavam interesse pela demarcação, eles não eram apenas admitidos como também admirados por seus costumes e seu artesanato. Como as figuras 02 e 03 mostram, os panfletos e um cartão postal confeccionados como material de divulgação do município, empregavam a imagem dos indígenas e seus artesanatos como atrações turísticas da cidade.

Figura 02: material de divulgação turística do município de Iraí-RS

BALNEÁRIO

No Norte do Estado Gaúcho, você encontra, em meio a mata nativa, uma das mais belas e importantes estações hidrominerais que existem no Brasil. Iraí, fonte de águas termais, oferece um cenário incomparável em beleza natural. O Balneário de Casvelo Cruz foi construído sobre uma fonte, onça através de uma fenda rochosa, para águas mineral termal, alcalina, radioativa, oligossulfurada e bicarbonatada com temperatura de 36°C.

Aproveite as piscinas e o banho de imersão na água mineral a própria fonte da Usina de água disponível.

Para quem deseja caminhar, pedalar, correr, cavalgar, nada melhor do que seguir as trilhas do parque ambiental do balneário.

Indicações: Uma das grandes indicações terapêuticas das águas minerais de Iraí é para o tratamento do sistema digestivo. O tratamento crônico ajuda em jejunos reabsorção de nutrientes, hemorroidas e colite crônicas.

Outras indicações são favoravelmente influenciadas.

Essas águas possuem poder diurético, caracterizado por pequenas crises de gota. Por isso, são também, indicadas para o tratamento de doenças do aparelho urinário.

Os gases radioativos naturais são bastante energéticos, porque, agem poderosamente sobre a renovação da pele. Por isso, a hidroterapia radioativa se torna agente medicamentoso indicado para as dermatoses generalizadas.

São também, indicadas para o tratamento de reumatismo, artrite, nas condições de: reumatismo, musculares e vertebrais. Entre elas, destacamos o reumatismo agudo e crônico. O tratamento resulta e atribuído à radioatividade da água, que age diretamente sobre as articulações, ou indiretamente (por meio da inalação).

EMISA:

Empreendimento Turístico composto por Usina de água mineral, 1000 m² de área, as margens do Rio do Meio, com casa, piscina, bar, tabacaria, cultura e recreação em áreas, que abrange um total de 1000 hectares, com uma área total de 500.000 m², com 2000 habitantes, com 1000 habitantes, com 1000 habitantes.

Barquilha

Clube de mergulho do Rio Uruguai, com piscinas esportivas, jet sky e pesca. O empreendimento também possui piscina infantil, churrasqueira, área para camping e quiosque com petiscos e bebidas.

Safira:

Clube de mergulho do Rio Uruguai, com infraestrutura de acesso para o rio com barcos. Área de lazer com cabanas, churrasqueiras e bar.

Medalha de Ouro

Usina você também de uma água mineral premiada, radioativa e mineralizada. Com o 1º lugar no Brasil e 2º lugar no mundo.

Turismo

Passeios pela Usina e confirmação, cachoeira e M.

Cultura Indígena:

Reserva Indígena Kaingang, com artesanato, música e dança tradicional.

A MELHOR ÁGUA MINERAL DO PAÍS

SALTO YUCUMÁ

ARTESANATO INDÍGENA

CONFECA DE COSTUMES KAINGANG

CAMINHADA PELO BOSQUE

Iraí é descanso, saúde, história, integração de povos, é rejuvenescimento. Suas águas minerais termais são recomendadas como método terapêutico por médicos e especialistas e atraem visitantes de todo o Brasil e de países vizinhos. Quem visita apaixonar-se, seja pelas belezas naturais, pela pureza da água mineral ou pela sofisticação de instalações confortáveis e modernas, como o Hotel

Iraí.

ENTARDECER NO RIO URUGUAI

MISSOES

AMETISTAS

Mapa:

Mapa de localização de Iraí-RS em relação a outros municípios do sul de Brasil e países vizinhos.

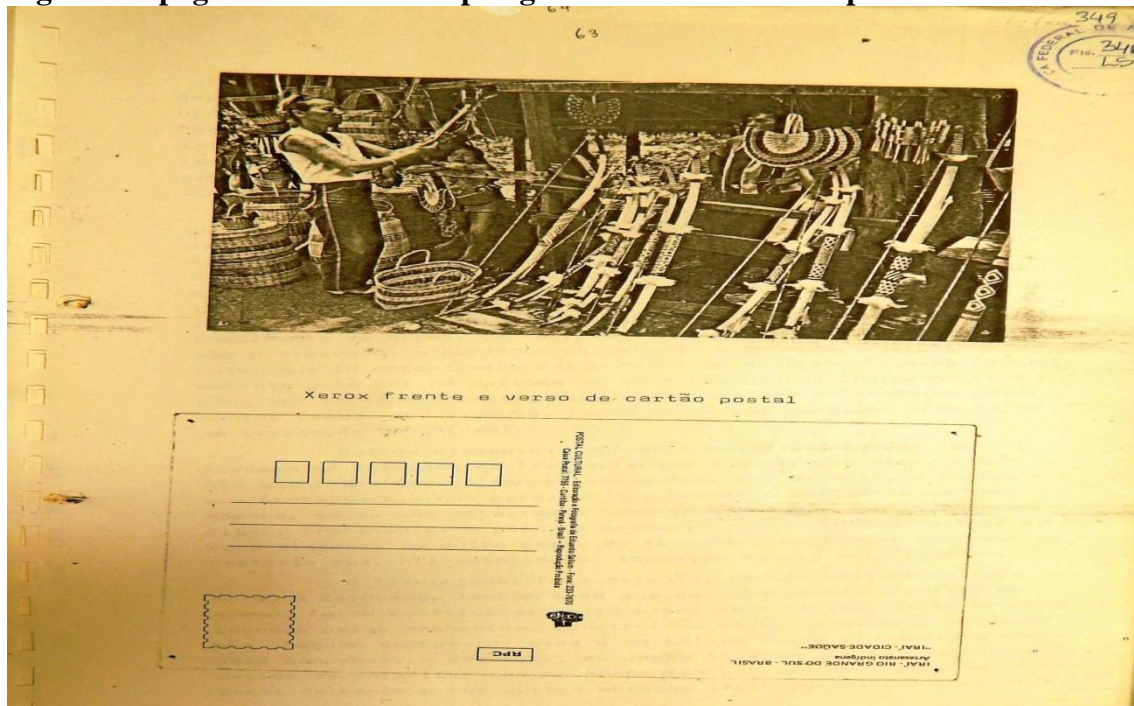
Tabela de Distâncias:

| | |
|----------------------|---------|
| Porto Alegre | 470 k |
| Castilha | 700 k |
| Foz do Iguaçu | 430 k |
| Chapaco | 100 k |
| Passadas | 473 k |
| Missões (St' Angelo) | 270 k |
| Passo Fundo | 237 k |
| Santa Maria | 237 k |
| Montevideo | 1.210 k |
| Assunção | 750 k |
| Buenos Aires | 1.250 k |

Av. General Flores da Cunha, 431 - (0xx55) 745.1111 - CEP 98460-000 - Iraí - Rio Grande do Sul - Bras

Fonte: Lac (2005)

Figura 03: página do laudo antropológico onde consta cartão postal de Iraí-RS



Fonte: processo nº 89.120.2949-5

Em depoimento colhido por Lac (2005) do então vice-cacique, recorda um episódio de quando os indígenas estavam estabelecidos na margem direita do Rio do Mel em que o prefeito teria sugerido “que cercassem sua comunidade, se mantivessem o mais tradicional possível e cobrassem entrada dos turistas, como animais em um zoológico” (LAC, 2005, p. 78). No mesmo estudo a autora ouviu outros indígenas, entre eles Luiz Salvador, o qual oferece informações que complementam a leitura do contexto iraiense em que os Kaingang atuavam no cenário turístico, através da sua fala. Segundo Luiz Salvador, enquanto os Kaingang representavam possibilidades de ganhos comerciais, tendo a sua imagem e a sua própria presença exploradas pela atividade turística, a prefeitura garantia certo suporte e manutenção do toldo indígena. Conforme suas palavras:

“Tinha a água e o barro curável, os turistas visitavam as águas e exploravam os índios. A prefeitura quis cercar a comunidade indígena e fazer ali um ponto turístico, os índios ficavam curiosos com o movimento da cidade e que não percebiam estarem sendo usados pelo município. A ideia de visitar os índios nas suas habitações foi da prefeitura, que inclusive mandava varrer e limpar o acampamento para torná-lo mais agradável aos visitantes”. (LAC, 2005, p. 70)

Através da fala de Luiz Salvador, é possível perceber como a prefeitura agiu em relação aos Kaingang num contexto de atividade turística. Manter os Kaingang perto do

balneário, à margem direita do Rio do Mel, significava garantir facilidade ao acesso dos turistas que quisessem visitá-los. Embora os indígenas pudessem usar dessa situação para comercializar o seu artesanato, depreende-se da fala do entrevistado um dos motivos pelos quais a prefeitura aceitava a presença indígena próxima ao balneário: a intenção de fazer do toldo indígena um ponto turístico. Ao que tudo indica, tamanha era a aceitação Kaingang condicionada à possibilidade de ganhos comerciais, que acarretou, por consequência, a exploração turística da sua presença em Iraí.

Em outro momento da confecção do laudo antropológico, Ebling (1985) justifica a razão de não se ter localizado nenhum sítio arqueológico na área reclamada para demarcação, por não ter tido a possibilidade de executar um trabalho de escavação. Afirmou que ela e sua equipe teriam sido informados...

...por antigos moradores que, antigamente, eram comuns os achados de materiais, até mesmo à superfície do solo. Fazia parte do entretenimento dos turistas coletar tais objetos; hoje em dia, o que havia a ser coletado já o foi. Localizamos, entretanto, um morador da cidade – colecionador amador – que coletara alguns objetos indígenas. (EBLING, 1985).

A observação da prática de coleta de materiais como entretenimento dos turistas que visitavam Iraí foi feita por Ebling (1985) no momento da composição de laudo antropológico para demarcação da terra indígena Iraí. Evidentemente, a demanda por esse laudo antropológico surgiu em função do movimento Kaingang para demarcação da terra indígena que, por consequência, gerou reações de seus opositores, como pode ser visto na fala do prefeito. Sobre uma das razões dessa oposição, a matéria publicada no jornal Zero Hora, na edição de 13 de maio de 1988, afirmou não estranhar a resistência oferecida às demandas demarcatórias “porque as terras indígenas, de maneira geral, são muito férteis. No caso de Iraí contam ainda com fontes de águas termais e reserva florestal”. Esse foi o relato de Francisco Eugênio dos Santos, na época ocupante do cargo de administrador regional da Funai.

Os parágrafos precedentes permitem reflexões acerca da manifestação da fronteira interétnica em Iraí. Tendo como eixo de orientação o turismo, pode-se perceber que o estabelecimento dos Kaingang na margem direita do Rio do Mel, isto é, próximo ao Balneário Osvaldo Cruz, foi admitida quando essa mesma presença pode ser considerada - pelos empresários do turismo e pelos políticos interessados nessa atividade - mais um atrativo num portfólio de produtos e serviços a serem oferecidos aos turistas. Porém, quando os indígenas articularam-se para pleitear a demarcação do

território, a fronteira interétnica vem à tona de forma muito mais fechada, como pode ser percebido nas falas do prefeito do município à época.

3.3 Os Kaingang e a Lei que criminalizou sua presença

Este tópico se serve fundamentalmente da leitura de uma lei municipal homologada pelo poder público iraiense no final da década de 1970. Mais precisamente no ano de 1979. Portanto, compreender o contexto histórico do município e também da região é tarefa indispensável para uma leitura mais profícua da lei enquanto fonte histórica. Lançar os olhos aos eventos históricos ocorridos na região, naquele contexto, pode ajudar entender as razões pelas quais a lei foi gestada. Porém, por mais que essa compreensão pretendida possa parecer um atenuante, a ressonância da lei foi, inegavelmente, a criminalização da presença Kaingang em seu próprio território. Se o objetivo foi voluntária ou involuntariamente almejado, não se pode afirmar. E na mesma proporção, não se pode negar o seu resultado desfavorável à comunidade Kaingang.

O início da década de 1970, assistiu o surgimento da criação da Lei n.º 6001, conhecida também como o Estatuto do Índio. A mudança de órgão federal para atender às demandas indígenas e a criação de instrumento legal, em teoria, previa um aumento das garantias dos direitos desses povos. Isso se deu a partir de ações que influenciaram o rearranjo do cenário em que se desenvolveu o episódio da retomada das terras indígenas em Nonoai em 1978 mesmo ano que assistiu à mudança na liderança dos Kaingang. Aos 32 anos, Nelson Xangrê foi eleito o novo cacique de Nonoai, o qual, de acordo com Wagner et. al (1986), aliava a disposição da juventude à sabedoria dos indígenas mais velhos. De acordo com esses autores, Xangrê soube direcionar a insatisfação dos seus a um conflito que resultou na expulsão dos “invasores de suas terras” (WAGNER et al., 1986, p. 24).

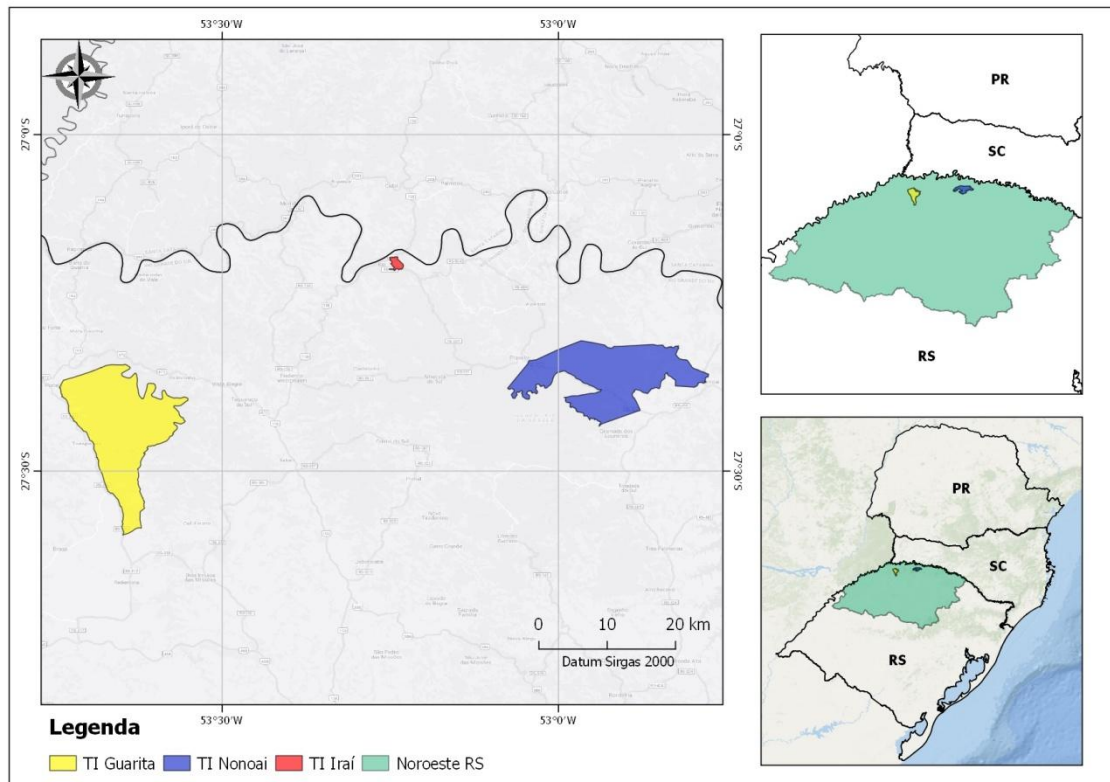
Em 04 de maio de 1978, sete escolas existentes na terra indígena Kaingang foram incendiadas. Conforme apuraram Wagner et al. (1986), essas escolas foram construídas pelo poder público municipal como forma de garantir assistência aos filhos dos colonos, interessado no potencial comercial da produção agrícola dos agricultores que cultivavam lavouras no interior da terra indígena Kaingang. Desta forma, é possível ler a influência da prática da exploração comercial dos recursos naturais da Terra Indígena Kaingang de Nonoai sobre o desenrolar dos fatos no final da década de 1970.

O movimento indígena pela retomada das suas terras observou uma reação às investidas exploratórias da comercialização de madeira extraída do interior da própria terra indígena, bem como contra o cultivo de lavouras que, assim como a retirada de madeira, não convertia nenhum percentual do lucro dessas atividades à comunidade indígena.

Da mesma forma que a exploração de madeira no interior da terra indígena Nonoai esteve presente, assim aconteceu também na terra indígena Guarita, onde se desencadeou um importante conflito interno no início da década de 1980. Nesse conflito se opuseram duas lideranças Kaingang. De um lado o então cacique Ivo Ribeiro Sales, contra quem se articularam alguns membros da comunidade indígena de Guarita, insatisfeitos com sua gestão; de outro, Domingos Ribeiro, escolhido pelo contingente descontente, como a liderança pronta a substituir o cacique Ivo. Se Ivo praticava a venda diária de madeira aos madeireiros interessados nesse insumo, Domingos, por seu turno, mantinha uma serraria sem licença no interior da reserva. No centro da disputa que eclodiu em janeiro de 1983, o recurso natural abundante na reserva de Guarita era a madeira. A área de 12 mil hectares de mata nativa de Guarita, situada numa região já atingida pelos efeitos do desmatamento da colonização, o Médio Alto Uruguai configurava-se num valioso polo de exploração de um recurso relativamente escasso. O conflito ocorrido na terra indígena de Guarita desdobrou-se na divisão da própria terra em duas áreas, uma para cada liderança nos seguintes moldes: “O lado de São João do Itapuá, com suas férteis terras agrícolas, coisa de 10 a 12 mil hectares é de domínio de Ivo. Porção semelhante, onde estão as matas de cedros, guatambus, guabirobas, agora são reino de Domingos.” (WAGNER et al., 1986, p. 45).

O cenário histórico da região do Médio Alto Uruguai ao fim da década de 1970 e início da década de 1980, sobre o qual se inscrevia a presença indígena, era contornado por traços espessos da exploração comercial da madeira e da terra. Em Nonoai, os Kaingang se opuseram aos invasores não indígenas, enquanto na terra indígena de Guarita os Kaingang rivalizaram entre si, de modo que em ambos a disputa pela terra associou-se para além do conceito de território, mas sobrepôs-se a esse elemento também em caráter produtivo. Da mesma forma, a extração e comercialização da madeira foi uma questão que, de alguma forma, esteve relacionada com o surgimento dos conflitos. Foi nesse cenário que, no período de transição entre as décadas, a prefeitura de Iraí homologou a Lei n.º 921/79. O mapa a seguir ajuda a entender o cenário em que as terras indígenas Guarita, Nonoai e Iraí estão situadas bem como a proximidade entre elas e os seus perímetros comparados.

Mapa 02: Mapa da TI Guarita, TI Nonoai e TI Iraí



Fonte: autor

A referida lei data de 20 de Julho de 1979 e estabeleceu a criação do parque florestal de Iraí, além de determinar outras providências. Composta por 12 artigos que juntos não excedem duas páginas, a lei possui 03 artigos que interessam sobremaneira ao presente estudo. São eles os artigos 2o, 4o e 5o. O artigo 2o contém as especificações das áreas que estarão na abrangência do parque florestal, conforme segue:

Art. 2o - A área do parque florestal de Iraí, será de 362,4 hectares, compreendendo as reservas as seguintes áreas e localidades: 1o - Reserva do Aeroporto com a área de 310,49 hectares; 2o - Reserva da Fonte Fria com área de 21,37 hectares; 3o - Reserva das Águas Frias com área de 15,48 hectares; 4o - Reserva acima da Corsan com área de 14,81 hectares; e, mais a área denominada Bosque Sagrado, onde situa-se o Balneário Osvaldo Cruz, delimitada ao NORTE margeando o Rio do Mel até a confluência com o Rio Uruguai; a LESTE com o Rio do Mel e Reservas do Município, na parte do Aeroporto; a OESTE desde a sede do Escritório da CEEE com a Rua Flores da Cunha até o Balneário Osvaldo Cruz e daí até as margens do Rio Uruguai por estrada municipal e lotes urbanos; (IRAÍ, Lei n.o 921/79).

Como é possível ler no referido artigo, a área da reserva do aeroporto, com cerca de 310 hectares, além da área conhecida como “Bosque Sagrado”, à margem direita do Rio do Mel, local em que os Kaingang estavam estabelecidos, foram objetos contemplados pela lei. A partir da sua homologação, a fração de terra parte do território

tradicional Kaingang passou a ser reserva florestal, diante da legislação alheia aos indígenas. Nenhuma fonte acessada sugeriu participação da comunidade Kaingang na confecção da referida lei, ou qualquer menção de considerar a presença indígena naquela área, caracterizando uma decisão unilateral do poder público municipal.

O artigo 4o da Lei n. 921/79 possui uma informação que ajuda a lançar luz sobre as razões que motivaram a criação dessa lei, ao dispor sobre as finalidades do parque florestal. É fundamental tentar compreender os motivos implícitos na feitura da lei, pois as consequências são evidentes. Se não se puder afirmar que um dos principais fatores que motivaram a elaboração do referido instrumento legal foi impedir a presença indígena no seu próprio território, não se pode negar que um dos reflexos mais imediatos e centrais foi a emergência construída do caráter ilegal da presença Kaingang no seu próprio território.

De acordo com o artigo 4o, ao lado de proteger o regime de águas, amenizar os rigores climáticos e proteger a fauna e a flora do local, uma das finalidades da criação o parque florestal de Iraí era a promoção do “desassentamento de intrusos existentes na área do Parque”. Embora não se tenha referenciado diretamente os Kaingang, era sabido, como já tratado em anteriormente, que os indígenas se faziam presentes naquela área, especialmente na área próxima ao aeroporto e na margem direita do Rio do Mel.

Se o artigo 4o proibiu a permanência indígena no seu território tradicional, o artigo 5o por sua vez dificultou ainda mais a permanência Kaingang, tornada ilegal. Se a comunidade Kaingang oferecesse resistência ao proposto pelo artigo 4o da Lei no 921/79 e permanecesse no seu território, o artigo 5o imporá ainda outros obstáculos ao prever a proibição da “exploração da fauna e flora, por parte de qualquer pessoa ou entidade pública ou privada” (IRAÍ, Lei no 921/79). Mesmo que os indígenas em Iraí fossem vistos através de uma lente muito estreita que os reduzisse a personagens produtores de artesanatos, evidentemente o ambiente natural não representava aos Kaingang somente um depósito de recursos a ser usado para fins comerciais.

Pelo fato de o artesanato representar importante atividade para os Kaingang em Iraí, estes não devem ser reduzidos tão somente a artesãos, pois essa atividade também foi objeto de prejuízo aos indígenas. Para confeccionarem seus itens de artesanato, os Kaingang necessitavam como matéria-prima a taquara, o taquaruçu, o cipó, casca de pinheiro e raízes diversas, todas escassas naquele meio hectare de terra à margem direita do Rio do Mel. Como se não bastasse a escassez desses insumos naquele local, os

Kaingang estavam proibidos por lei de extrair da área da reserva florestal qualquer matéria-prima para a produção dos seus artesanatos.

3.4 A fronteira interétnica em outras relações

A fronteira interétnica entre os Kaingang e os não indígenas no cenário iraiense, como se pode observar nos parágrafos anteriores, não reverberou efeitos observáveis apenas em condições concretas, ou em atividades cujo produto relacionou-se diretamente com um produto concreto. O aspecto cultural também foi afetado pela manifestação da fronteira interétnica em Iraí. Neste tópico foram abordados alguns elementos que permitem visualizar a fronteira interétnica que não couberam nas categorias anteriores, mas que foram identificadas pelas fontes.

O primeiro exemplo destacados nas fontes, precisamente no laudo antropológico, é de que em função da ação do poder público esforçar-se para manter os indígenas na pequena área à margem direita do Rio do Mel, os Kaingang não podiam manter nem mesmo um cemitério - importante elemento na cultura Kaingang. Além disso, a prefeitura os impunha a necessidade de enterrar os seus mortos no cemitério municipal. De acordo com Ebling (1985), a conjuntura mencionada obrigou os Kaingang a enterrar os seus mortos como indigentes no cemitério municipal, o que se configurou uma violenta readequação dos indígenas, pois, afinal, conforme lembra Veiga (2000), a morte no entendimento Kaingang ocupa lugar central na forma como se organizam enquanto grupo social e se relacionam com o território, tendo no ritual do Kiki uma expressão dessa importância, configurando-se como o único ritual que aparta definitivamente o morto do mundo dos vivos¹⁴.

O caso da inviabilização do enterramento dos mortos em um cemitério indígena é particularmente interessante. Afinal, é um exemplo em que a manutenção da fronteira interétnica em forma mais porosa - onde os indígenas deveriam enterrar seus mortos no

¹⁴ Para saber mais, ver: VEIGA, Juracilda. Cosmologia e práticas rituais Kaingang. Tese. Depto de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.Campinas, 2000.

cemitério do município - representou aos Kaingang um obstáculo à manutenção dos seus costumes.

Sobre outras relações entre os Kaingang e os não indígenas em Iraí, Teresa Magnabosco, mãe do então vice-prefeito de Iraí na época da produção do laudo antropológico, relatou que:

As relações com o povo da cidade eram boas, e, quando nascia uma criança, eles escolhiam os padrinhos, para o batizado na Igreja, entre os moradores da cidade – geralmente a escolha recaía em comerciantes mais abastados porque isso significava mais presentes. Eu própria tive um afilhado índio, de nome Alberto, que batizei em 1933. (EBLING, 1985, p. 34 – 35).

Este trecho da entrevista denuncia certa proximidade entre os indígenas e comunidade iraiense. Afinal, como relatou a entrevistada, o fato dos Kaingang convidarem um não indígena para apadrinhar um filho não era algo inconstante. Pelo contrário, tal ação era tão recorrente que Teresa Magnabosco sabia que constituía uma estratégia Kaingang escolher como padrinhos e madrinhas os comerciantes mais prósperos, para barganhar mais e melhores presentes ao afilhado. Além disso, ao lembrar a entrevistada que ela mesma era madrinha de um Kaingang batizado no ano de 1933, acabou por reforçar, novamente, a presença indígena em Iraí anterior ao ano de 1949, apontado por Grassi (1992) como o ano do estabelecimento dos Kaingang na cidade.

A entrevista citada indica que os Kaingang mantinham relações de diferentes ordens com a comunidade iraiense, assimilando ritos sacramentais dos não indígenas vislumbrando estrategicamente benefícios futuros. Por isso, essa entrevista depõe contra a imagem reducionista de que os indígenas eram apenas vendedores de seus artesanatos e portanto, sujeitos apenas à uma manifestação da fronteira interétnica cujo eixo de comunicação entre os pólos fronteiriços era a comercialização.

Além disso, Teresa Magnabosco, que morava no município há 55 anos, afirmando ter chegado à cidade na data de 28 de abril de 1930, foi a primeira professora contratada para a escola municipal e, sobre os Kaingang, de acordo com a entrevista concedida, afirmou:

“Já existiam índios” diz ela, “é o que todos que já moravam antes de nós em Iraí diziam, era que sempre tivera índio ali; mas não incomodavam porque ficavam do lado de lá do Rio do Mel... os índios caçavam e pescavam. As índias teciam artesanatos de palhas tingidos com tintas naturais, do mato; elas mesmas faziam suas roupas, muito coloridas e cheias de babado, com uma espécie de sobrepeliz; o tecido era comprado, e levava o nome de ‘fulgurante’; lembro-me que chamavam a atenção por causa dessas roupas estranhas, feitas com muito capricho.” (EBLING, 1985, p. 33 – 34).

Ao citar as mulheres Kaingang, a entrevistada indicou uma faceta da relação e, logo, da fronteira interétnica entre os não indígenas e os Kaingang até então não observada em nenhuma outra fonte: o consumo bilateral. Embora não seja possível identificar como o consumo Kaingang deu-se em Iraí, é incontestável que o consumo dos indígenas existiu, pois, ao falar sobre a indumentária das mulheres, Teresa Magnabosco afirmou que o tecido utilizado na confecção das roupas usadas por elas era comprado. O tecido não era donativo percebido pelos indígenas, nem objeto de permuta, que já seria uma categoria de consumo através do escambo. Isso demonstra que a fronteira interétnica não reduziu sua manifestação apenas ao terreno do turístico através do qual os Kaingang vendiam seu artesanato, ou do campo do trabalho. É possível, portanto, que os Kaingang exercessem uma participação mais ativa na dinâmica da economia iraiense, para além de se beneficiarem da atividade turística para a comercialização do seu artesanato e de empregarem-se nas colônias do município.

Outra manifestação da fronteira interétnica que as fontes acessadas para este estudo indicaram foi o futebol. Lac (2005) nos ajuda a compreender a manifestação da fronteira quando escreve que:

A importância deste esporte vem crescendo para a comunidade indígena de Iraí. Antes da demarcação da área da comunidade havia dois times: o infanto-juvenil e o oficial que jogavam no clube Juventude da cidade e competiam no campeonato regional de amadores, sendo várias vezes vice-campeões da cidade. O filho de Augusto¹⁵ foi convidado a seguir carreira de jogador e tornar-se profissional, mas recusou por acreditar que iria se distanciar muito de sua família e, conseqüentemente, de sua cultura. (LAC, 2005, p. 95).

O trecho citado interessa ao estudo pois, embora não especifique em que momento os times foram criados, nos situa, minimamente, no tempo: “antes da demarcação”, isto é, antes do início de 1990. Outra afirmação de relevo na citação anterior sugere que os times indígenas eram conhecidos nos círculos desse esporte pois por “várias vezes” foram “vice-campeões” das competições municipais. Além disso, o local em que os times indígenas jogavam, o campo do clube Juventude, situava-se no perímetro urbano. Cabe tentar ilustrar a localização desse campo lembrando que se situa a uma distância de duas quadras da praça central. Outro elemento que é possível fazer algumas inferências é a faixa etária dos indígenas que praticavam o futebol e, deste

¹⁵ O filho de Augusto de fato não seguiu carreira esportiva. Além disso, foi por um período de tempo aluno do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, campus Chapecó-SC.

modo, transitavam pela fronteira interétnica de forma mais evidente: o time “infanto-juvenil”, formado por adolescentes, e o time “oficial”, formado por jovens e adultos.

O que a citação anterior não explicita, apenas instiga, é a ideia de havia também uma torcida que acompanhava os times indígenas. Afinal, sendo “várias vezes vice-campeões” das competições locais, não é inviável pensar que os times representavam para a sua comunidade motivo de auto-estima e prestígio nos espaços em que circulavam. Cabe lembrar que, a partir dessa reflexão, o contato e a fronteira interétnica não se reduzia apenas às quatro linhas do campo. Em cada jogo, novas manifestações da fronteira, seja por ocasião do jogo realizar-se nos diferentes pontos do circuito municipal, seja pela inevitável interação das torcidas adversárias, ou ainda pela importância da partida na própria dinâmica da competição. Pela impossibilidade de levantamento de fontes que permitissem um aprofundamento maior deste aspecto neste momento, assinalo que estudos que contemplem o elemento futebol ou esporte, podem e devem ser feitos em outras ocasiões.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de pesquisa dos parágrafos precedentes, a contextualização do cenário histórico e o diálogo entre as fontes, permite a elaboração de algumas conclusões sobre a dinâmica das manifestações da fronteira interétnica e também sobre a resistência indígena. Através das fontes usadas neste estudo, podemos perceber uma característica comum nas diferentes ocasiões em que a fronteira interétnica foi manifestada: a conveniência econômica da presença Kaingang conferia porosidade à fronteira interétnica.

No setor privado, os braços que ajudaram a construir um hotel - o mais importante da cidade - e a realizar as atividades produtivas nas colônias do município eram também braços Kaingang. A fronteira interétnica no universo das relações do trabalho mostrou que os agentes da iniciativa privada não se opunham à presença indígena, ao contrário, viam nos Kaingang sujeitos capazes de realizar as atividades demandadas por empregadores, como elucidam Fischer (1954), Lac (2005) e a carta redigida por Augusto Opê da Silva, cacique Kaingang.

No campo do turismo, não foi diferente. Enquanto os indígenas puderam ser contemplados no portfólio de produtos e serviços hoteleiros oferecidos aos turistas em Iraí, esses promoviam o contato interétnico entre os Kaingang e os turistas, para que os últimos pudessem adquirir o artesanato indígena. Nesse sentido, a fronteira interétnica também se mostrou porosa de acordo com a conveniência econômica da atividade turística. A presença Kaingang não era apenas admitida como incentivada pela própria prefeitura, que varria o espaço em que os indígenas estavam estabelecidos para que os turistas pudessem ficar mais à vontade, como afirma Lac (2005).

Se nas relações de trabalho e no campo do turismo a fronteira interétnica mostrou-se mais sutil, o mesmo não se observou na arena do legislativo municipal. A homologação de uma lei mostrou uma face da fronteira interétnica mais dura, sólida, intransponível. Se não podemos afirmar que a Lei 921/79 nasceu para criminalizar a presença indígena em seu território, não podemos negar que foi esse o resultado imediato da sua homologação.

Por fim, outros aspectos da fronteira interétnica que as fontes permitiram observar, foram tratados e merecem, ao seu modo e com a metodologia devida, um aprofundamento em momento mais oportuno. De toda forma, é necessário observar que os Kaingang sempre atuaram numa forma de resistência indígena, traçando alianças e reorientando suas ações de acordo com o cenário em que estavam (ALMEIDA CRUZ, 2017; PORTO-GONÇALVES, 2016). A entrevista de Teresa Magnabosco contida no laudo de Ebling (1985), indica uma estratégia de resistência indígena quando a própria entrevistada afirmou que tinha um afilhado Kaingang. O consumo indígena no comércio local também foi constatado, e os encontros e aproximações mantidas a partir do futebol também foram observados pelo viés da fronteira.

A breve leitura das fontes nos permite concluir que a fronteira interétnica em Iraí teve suas contradições acentuadas por uma orientação de conveniência econômica. Como resultado de exercício de poder, a fronteira foi acionada para dificultar a presença Kaingang em seu território e demarcação da terra indígena. Assim como o trânsito na fronteira foi facilitado quando os Kaingang eram convenientes às atividades econômicas dos agentes públicos e privados interessados no lucro do turismo. Além disso, a partir da ideia de resistência indígena a fronteira interétnica foi transposta pelos Kaingang conforme suas estratégias da própria venda do artesanato, do emprego na construção do hotel e nas colônias, do consumo, do futebol e das relações de apadrinhamento. Embora o texto até aqui tenha priorizado as contradições a partir da fronteira interétnica, é a

partir dessa mesma fronteira que foi possível vislumbrar a resistência indígena e como os Kaingang se orientaram agiram no contexto histórico de Iraí. Mais estudos podem e devem ser feitos para que o tema receba a atenção que merece em função da sua fertilidade para pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA CRUZ, Tereza. **Os processos de lutas e resistências dos povos indígenas do Brasil**. Revista SURES, ano 2017, fev. n° 9, pág. 145 – 163.

ANDREIS, Adriana M. Do poder das fronteiras às fronteiras do poder. In: COLLING, A. M.; PANISSON, F. S.; SANTOS, L. F. B. (Orgs). **Foucault na educação: discursos e imagens**. Ijuí – RS: Unijuí, 2009.

ARAÚJO, Fábio. **Entre figurantes e antagonistas: os Kaingang no enredo da demarcação da terra indígena Iraí-RS**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, 2018, 118 fl.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, [1969], 2000, p. 7 – 67.

BECKER, Ítala Irene Basile. O Que Sobrou dos Índios Pré-históricos do Rio Grande do Sul. In: **Pré-história do Rio Grande do Sul**. Doc 05; 2 Ed., Org. Schmitz, Pedro I. São Leopoldo, 2006.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **Kaingang VS. colonos: um fenômeno de fronteiras étnico-geográficas no Rio Grande do Sul do Século XIX**. Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo; N. 35. São Paulo, 2009.

BRINGMANN, Sandor Fernando; NÖTZOLD, Ana Lúcia V.; **Alianças, conflitos e resistência: a relação Kaingang com os aldeamentos provinciais no Rio Grande do Sul (século XIX)**. São Paulo, 2011.

CAPELATO, M. H. R. A imprensa na História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda. **Habitação e acompanhamentos Kaingang hoje e no passado**. Cadernos do CEOM – Ano 17, n.º 18 – Arqueologia e populações indígenas.

DORNELLES, Soraia Sales. **De Coroados a Kaingang: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX**. UFRGS; Dissertação, Porto Alegre, mar-2011.

EBLING, Paula Elisabeth Ruth. Relatório Antropológico de Identificação da Área Indígena de Iraí-RS. Portarias 1798/E de 21 de nov de 1994 e 1853 de 11 de abr. de 1985.

FERRARI, Maristela. **Interações Transfronteiriças na Zona de Fronteira Brasil – Argentina: o Extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (Século XX e XIX)**. Florianópolis-SC, mar-2011.

FISCHER, Martin. **Iraí Cidade Saúde – Trechos Característicos de Sua História**. Ijuí, 1954.

GRASSI, Fiorindo Davi. **Iraí, ecologia e índios**. Gráfica Barril, Frederico Westphalen-RS, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

LAC, Flávia. **O Turismo e os Kaingang na Terra Indígena Iraí/RS**. Dissertação Mestrado, UFPR, Curitiba, 2005.

LINO, Jaisson Teixeira. O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. In: RADIN, J.C; VALENTINI, D.J; ZARTH, P.A. (Orgs). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó-SC, UFFS, 2015.

MACHADO, Lia O. **Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos limites da ilegalidade**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, n.º 8, pp. 7 – 23, jan/jun-2000.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo Social; Rev. Sociologia; USP, São Paulo 8(1): 25 – 70, maio de 1996.

MISTURINI, Bruno. **A formação de uma região: leitura das marcas de colonização italiana nos topônimos do Nordeste do Rio Grande do Sul**. Tese (doutorado) – Universidade de Caxias do Sul em associação ampla UniRitter, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2018. 286 fls. Caxias do Sul, 2018.

MANFROI, N. M. S. **A História dos Kaingang da Terra Indígena Xapecó (SC) nos artigos de Antônio Selistre de Campos: jornal A Voz de Chapecó 1939/1952**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

NOELLI, Francisco Silva. **Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar**. Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/44a/02-francisosilva.pdf>. Acesso em 27 de abr. 2014.

OLIVEIRA, Fabiana L; SILVA, Virgínia F. **Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação**. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, n.o 13, jan/jun 2005, p. 244 – 259.

OLIVEIRA, Ryan de Sousa. **Colonização alemã e poder: a cidadania brasileira em construção e discussão (Rio Grande do Sul, 1863-1889)**. 2008. 192 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In.: COCEÑA, Ana Ester. (Org) **De los saberes e de la emancipación y de a dominación**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

QUEIROZ, Isabella Brandão. **O ritual do Kiki de 2011: uma interpretação etnoarqueológica**. Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó, 2018.

RENK, Arlene. Território e alteridade: construções sociais do oeste catarinense. In: NACKE, Anelise; RENK, Arlene; PIOVEZANA, L; BLOEMER, N. M. S. (Orgs). **Os Kaingang no Oeste Catarinense: Tradição e Atualidade**. Chapecó: Argos, 2007.

ROSSONI, Sirlei. **O Cassino Guarani: histórias, memórias e personagens - Iraí-RS (1940 – 1994)**. Passo Fundo: UPF, 2001.

SILVEIRA, Heitor. **A estância de águas minerais de Irahya (fontes do mel) e suas indicações e contra-indicações terapêuticas**. Faculdade de Medicina de Porto Alegre, 1927, tese de doutoramento.

TURNER, Frederick J. O significado da fronteira na história americana. In. : KNAUSS, Paulo (org.). **Oeste Americano. Quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner**. Trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Editora da Universidade Federal fluminense; Niterói, 2004.